

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

BRENDA DOS SANTOS BARBOZA CUNHA

**PODER E CONSENTIMENTO: FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BASE DE
SUSTENTAÇÃO DO GOVERNO CID GOMES (2007-2010)**

FORTALEZA

2012

BRENDA DOS SANTOS BARBOZA CUNHA

PODER E CONSENTIMENTO: FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BASE DE
SUSTENTAÇÃO DO GOVERNO CID GOMES (2007-2010)

Monografia apresentada ao curso de Curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Valmir Lopes de Lima

FORTALEZA
2012

BRENDA DOS SANTOS BARBOZA CUNHA

PODER E CONSENTIMENTO: FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BASE DE
SUSTENTAÇÃO DO GOVERNO CID GOMES (2007-2010)

Monografia apresentada ao curso de Curso de Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Valmir Lopes de Lima (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. José Estevão Machado Arcanjo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Jawdat Abu-El-Haj
Universidade Federal do Ceará (UFC)

*Dedico esta monografia a
Celestinha e Tetê (in memoriam)*

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho é resultado de um esforço dispensado ao longo de alguns anos. Além do esforço individual, devo sua concretização à colaboração de algumas pessoas e entidades pelas quais guardo profunda gratidão e admiração.

Em especial, a Valmir Lopes e Helloana de Medeiros, cuja importância foi, no mais amplo sentido da palavra, fundamental. Agradecimentos emocionados ao meu querido orientador e grande amigo, pela paciência, pelo apoio, pelo valioso aprendizado que me proporcionou nos meandros da pesquisa e ao longo de minha vida acadêmica, e, principalmente, pelo respeito na forma de apontar caminhos. À querida Lu, agradeço pela generosidade e pelo estímulo, para mim imensuráveis. Obrigada aos dois pelo carinho, pelo companheirismo e pela satisfação, por todas as suas qualidades, dessa convivência cotidiana tão enriquecedora.

Sou grata ao Laboratório de Estudos de Política, Eleições e Mídia (LEPEM) por contribuir com a minha formação através de seus instigantes seminários e discussões, a partir dos quais surgiu a ideia para esta pesquisa. Estendo esse agradecimento aos professores Auxiliadora Lemenhe, Jakson Aquino e Rejane Carvalho pela contribuição nos debates e pela atenção dedicada durante os primeiros passos deste trabalho. Obrigada ao professor Estevão Arcanjo pelos conselhos e dicas bibliográficas. À professora Sulamita Vieira por me ensinar os primeiros passos de uma pesquisa e ao professor Jawdat Abu-El-Haj por inserir em suas aulas temas instigantes e atuais. Aos demais professores do Departamento de Ciências Sociais, sou grata pelo nível que imprimem à nossa formação.

Agradecimentos especiais a Rommel Memória e Hermes Halley pelo apoio e contribuição inestimáveis. Ao colega Evandro Lima, pela amizade e pelas instigantes conversas.

Agradeço à minha família pelo carinho, apoio e parceria. Às queridas tias Emília, Salete e Socorrinha pela atenção dedicada, minhas companheiras inseparáveis. E, finalmente, com todo amor deste mundo, aos queridos pai e avó, Edilmo Cunha e Dona Celeste, pelo apoio de toda uma vida ao qual devo a oportunidade da experiência acadêmica.

*Porque o único sentido oculto das coisas
É elas não terem sentido oculto nenhum,
É mais estranho do que todas as estranhezas
(...)
Que as coisas sejam realmente o que parecem ser
E que não haja nada que compreender.
(...)
As coisas não têm significado: têm existência.
As coisas são o único sentido oculto das coisas.
(Fernando Pessoa)*

RESUMO

A tendência para a formação de uma maioria parlamentar de apoio ao Executivo estadual tem sido observada na política cearense desde as eleições de 1986. Embora dotado de uma maioria, todos os mandatos estaduais subsequentes concorreram no Plenário com uma bancada de oposição. O Governo de Cid Gomes, assim como os governos anteriores, inaugurou seu primeiro mandato (2006-2010) com a predominância de sua base de apoio na Assembleia Legislativa. No entanto, diferentemente dos demais, sua bancada de sustentação abrangeu quase a totalidade dos parlamentares, conquistando, assim, apoio hegemônico. O fato chamou atenção, pois, do início até as vésperas das eleições seguintes, Cid pôde gozar da ausência de uma bancada de oposição sistematizada, incapaz de fazer frente a seu governo.

Para estudar esse evento político singular na política cearense, debruço-me sobre a história da política recente do Ceará, percorrendo em seguida os mecanismos institucionais existente no sistema político brasileiro que permitem compreender e explicar o fenômeno da ampla base de sustentação parlamentar. Traçando o perfil político e das bases eleitorais dos deputados estaduais eleitos em 2006, foi possível lançar luz sobre esse enigma do consentimento político atualmente existente na política cearense.

Palavras-chave: Relação Executivo-Legislativo, conexão eleitoral, Governo Cid Gomes, política cearense.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Deputados eleitos por partido na Assembleia Legislativa/CE (1982).....	16
Tabela 2 - Resultado das eleições para governador/CE (1986).....	18
Tabela 3 - N° de deputados eleitos por partido na Assembleia Legislativa/CE (1986).....	18
Tabela 4 - Total de deputados eleitos por partido na Assembleia Legislativa/CE (1990).....	22
Tabela 5 - Resultados das eleições para governador/CE (1994).....	23
Tabela 6 - Deputados eleitos por partido na Assembleia Legislativa/CE (1994).....	24
Tabela 7 - Resultado das eleições para Governador/CE (1998).....	25
Tabela 8 - Deputados eleitos para a Assembleia Legislativa/CE (1998).....	25
Tabela 9 - Resultados das eleições para governador/CE (2002).....	25
Tabela10 - Deputados eleitos para a Assembleia Legislativa/CE (2002).....	26
Tabela 11 - Resultados eleitorais do pleito para Governador/CE (2006).....	30
Tabela 12 - Distribuição das cadeiras parlamentares na Assembleia Legislativa do Ceará, por partido (2006).....	57
Tabela 13 - Perfil da 27ª Legislatura (2007-2010) de acordo com os padrões de dominância.....	57
Tabela 14 - Perfil base eleitoral da 27ª legislatura por origem dos votos.....	58
Tabela 15 - Perfil da base eleitoral da 27ª Legislatura (2007-2010) da Assembleia Legislativa do Ceará.....	58
Tabela 16 - perfil da base eleitoral da 27ª legislatura (2007-2010), por origem e por partido.....	60
Tabela 17 - Perfil da 27ª Legislatura (2007-2010) de acordo com os padrões de dominância por partido.....	61
Tabela 18 - Perfil base eleitoral da 27ª legislatura por origem dos votos.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mesa Diretora da Assembleia Legislativa (1987-1990).....	19
Quadro 2 - Mesa Diretora e Lideranças da Assembleia Legislativa para o biênio 1991-1992.....	23
Quadro 3 - Órgãos da Administração Superior Estadual, por chefia e vinculação político-partidária (2007-2011).....	50
Quadro 4 - Mudanças de Legenda entre 2007 e 2009.....	53
Quadro 5 - Perfil dos deputados com Base Concentrada dominante – interior.....	64
Quadro 6 - Perfil dos deputados com Base Concentrada dominante – Capital e RMF.....	69
Quadro 7 - Perfil dos deputados com Base Concentrada partilhada – interior.....	70
Quadro 8 - Perfil dos deputados com Base Concentrada partilhada – Capital e RMF.....	71
Quadro 9 - Perfil dos deputados com Base Dispersa Dominante – interior.....	73
Quadro 10 - Perfil dos deputados com Base Dispersa partilhada – Capital e RMF.....	75
Quadro 11- Perfil dos deputados com Base Dispersa partilhada – interior	75

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CENÁRIO POLÍTICO CEARENSE: ELEIÇÕES E LIDERANÇAS POLÍTICAS.....	15
2.1 Contexto político cearense na década de 1980	15
2.1.1 O ‘Governo das Mudanças’	18
2.1.2 Consolidação do projeto mudancista	22
2.1.3 Período pré-eleitoral de 2006	27
2.2 Trajetória política de Cid Gomes.....	31
3. SISTEMA POLÍTICO PARTIDÁRIO BRASILEIRO	33
3.1 O desenho institucional brasileiro.....	33
3.2 Estudos sobre o Legislativo e comportamento parlamentar	35
3.2.1 Comportamento parlamentar no Legislativo norte-americano: Teorias Distributiva, Informacional e Partidária	36
3.2.1.1 A Teoria Distributivista	36
3.2.1.2 Teoria Informacional.....	38
3.2.1.3 Teoria Partidária.....	38
3.2.2 O debate distributivista e partidário no Brasil.....	39
3.3 O clientelismo como instrumento político no Brasil.....	44
4. EXECUTIVO-LEGISLATIVO NO ESTADO DO CEARÁ.....	48
4.1 O Poder Legislativo no Ceará (27ª Legislatura)	48
4.2 A formação do governo Cid Gomes (2007-2010)	52
4.3 Perfil da base eleitoral da 27ª legislatura da Assembleia Legislativa do Ceará.....	54
4.3.1 Perfil dos Deputados Estaduais da 27ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Ceará (2007-2010)	64
5. CONCLUSÃO.....	84
BIBLIOGRAFIA	87

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa teve sua origem nos seminários realizados em 2009 pelo Laboratório de Estudo de Política, Eleições e Mídia (LEPEM), vinculado ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), do qual participei como bolsista de iniciação científica. Durante os seminários, foram realizadas discussões sobre trabalhos e objetos de pesquisa dedicados a questões da política cearense. Dentre os fatos políticos discutidos interessaram-me a recente mudança ocorrida no comando do Governo Estadual, controlada por Cid Gomes após vinte anos de gestão do PSDB; e a grande base de sustentação construída por Cid na Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE), composta por 44 dos 46 deputados existentes na Casa. As inquietações surgidas a partir dessa conjuntura política me incentivaram a pesquisar que fatores e motivações tornaram possíveis a formação e manutenção da base de sustentação do Governo Cid Gomes durante 2007 e 2010. Embora haja uma boa literatura de discussão sobre as relações Executivo-Legislativo em âmbito federal, são poucas as pesquisas sobre o seu desenvolvimento nos Estados. Dessa forma, essa pesquisa contribui para ampliação dos estudos sobre a política cearense e sobre as relações desenvolvidas entre os Poderes Executivo e Legislativo no âmbito estadual.

Levando em conta a diversidade de forças partidárias agregadas à base de apoio do Executivo, considero não haver nesta gestão uma razão ou motivação única capaz de explicar o objeto deste trabalho. Dessa forma considero algumas hipóteses. A primeira delas supõe o predomínio das relações clientelistas entre os deputados cearenses e as suas bases políticas. Os deputados que adotam esse padrão de relação seriam incentivados a se aproximar dos centros de poder como alternativa para o atendimento de demandas das clientelas. A segunda hipótese seria, em parte, um desdobramento da primeira: a ausência de outro polo de poder capaz de garantir os recursos para a sobrevivência política dessas lideranças. Essa ausência estaria justificada pelo alinhamento político existente entre a base do governo do estadual e federal, subtraindo das demais forças partidárias do Estado a opção pelo governo federal como polo alternativo de poder para satisfação de seus interesses. A terceira hipótese supõe a existência de uma concordância programática entre os partidos e o governo.

Os passos dirigidos durante o processo de investigação do objeto de pesquisa e verificação das hipóteses foi o estudo em artigos e matérias de jornais locais, O Povo e

Diário do Nordeste, que abrangeu as décadas de 1980, 1990 até 2010. Esse estudo tomou como foco o conhecimento sobre os atores e a dinâmica política do Estado, a trajetória de algumas das principais lideranças e o processo de composição de forças que antecederam e sucederam à formação do governo Cid até sua primeira gestão.

Uma pesquisa bibliográfica foi realizada abordando como temas principais a história e fatos políticos do Ceará, e o sistema político brasileiro, no que diz respeito às regras, à relação entre Poderes, ao comportamento parlamentar, entre outras particularidades, que também foram observadas no âmbito do Ceará. Repasso o debate teórico desenvolvido no Brasil com base nas matrizes partidária e distributivistas e utilizo como ferramenta metodológica para a classificação do padrão de extração de votos entre os deputados cearenses as categorias desenvolvidas pela Geografia do voto. Essas categorias foram propostas por Barry Ames, aplicadas no estudo da Câmara Federal por Carvalho (2003) e se resumem a quatro combinações: concentrado dominante (CD), concentrado partilhado (CP), disperso dominante (DD) e disperso partilhado (DP). Os dados sobre o perfil das bases dos parlamentares cearenses foram retirados do trabalho de Vieira (2011), que utilizou as categorias e metodologia mencionadas acima. Estas informações compõem parte dos elementos empíricos trabalhados na pesquisa. A outra parcela foi extraída por meio da utilização de bancos de dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), pela ALCE e pelo anuário do Ceará; outras informações foram coletadas através da realização de entrevistas com os deputados.

Entrevistei nove parlamentares, entre deputados da base e da oposição. As questões lançadas referiam-se basicamente à trajetória política, ao perfil das bases eleitorais, ao recebimento e atendimento de demandas; à atividade parlamentar; ao relacionamento com o Poder Executivo, entre outras elaboradas no decorrer dos depoimentos. O período em que esses encontros foram realizados variou entre Setembro de 2009 a Dezembro de 2010. Uma parte ocorreu antes e outra após as eleições de 2010. Ou seja, ocorreram em contextos diferentes. O primeiro momento foi caracterizado pelo aumento das pressões da bancada Tucana sobre Cid Gomes para oficialização de seu apoio à candidatura de Tasso Jereissati ao Senado. Fato que não se concretizou. Vetado por Lula, Cid acabou seguindo as determinações da coligação PT-PSB-PMDB para apoiar as candidaturas de Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT) para o Senado. Isso ajudou a promover o racha de Tasso com o Governador e,

consequentemente, do PSDB com o Governo, levando a cúpula tucana a oficializar a posição do partido na oposição e a lançar a candidatura de Marcos Cals, ex-Secretário da Justiça do Governo Cid, para a disputa da vaga para o Governo do Estado. As entrevistas com os parlamentares tucanos ocorreram no momento posterior às eleições de 2010. Nesse período a bancada tucana mostrava-se dividida em razão da determinação da cúpula do partido em se manter na oposição. Além disso, os resultados eleitorais recentes apontavam uma diminuição da bancada para a Legislatura seguinte, reduzida a oito parlamentares. Até a realização da entrevista com Gony Arruda (PSDB), não havia sido divulgada a lista com os nomes escolhidos para o novo Secretariado do Governo, que incluía a indicação deste deputado para a pasta da Secretaria de Esportes. A proposta do governador foi mal recebida pelo PSDB que reagiu com a exclusão de Gony Arruda dos quadros da agremiação como consequência dele ter assumido o cargo no governo a despeito da posição do partido. Também foram entrevistados¹ os deputados Zezinho Albuquerque (PSB), 1º Secretário da Mesa Diretora; Sérgio Aguiar (PSB); Dr. Sarto (PSB); Nelson Martins (PT), líder do governo; Artur Bruno (PT); Heitor Férrer (PDT); Fernando Hugo (PSDB), Marcos Cals (PSDB), além de Gony Arruda, citado anteriormente. Os parlamentares do PT e PSB representam a base do governo; a bancada tucana, que até as vésperas das eleições também compunha a base do governo, no momento das entrevistas representava o bloco de oposição. Desses parlamentares², apenas Heitor Férrer adotou desde o início do primeiro mandato uma postura de independência ao governo, votando contra vários projetos do Executivo. O perfil das bases desses parlamentares é distribuído por dois parlamentares com base concentrada dominante (CD) no interior e um com base concentrada dominante na capital; Três deputados com base dispersa dominante (DD) no interior; um com base dispersa partilhada (DP) no interior; e dois com base concentrada partilhada (CP) na capital.

Os resultados da pesquisa demonstraram que 75% da base eleitoral dos parlamentares da 27ª legislatura têm o perfil dominante e que, portando, dedicam maior

¹ As entrevistas ocorreram nos seguintes períodos: Heitor Férrer e Sérgio Aguiar, em setembro de 2009; Nelson Martins e Artur Bruno, em abril de 2010; Zezinho Albuquerque e os demais deputados tucanos em Dezembro de 2010.

² A escolha dos parlamentares para as entrevistas não tem relação direta com o tipo de base a qual eles pertencem, pois eu não dispunha ainda desses dados nesse período para utilizá-los como critério de seleção. Entre as bases C/D no interior estão Gony Arruda e Sérgio Aguiar; C/D na capital, Fernando Hugo; D/P no interior, Nelson Martins; e C/P, Artur Bruno e Heitor Férrer.

parte de suas atividades ao atendimento clientelista das demandas de suas bases territoriais. Ao confirmar que mais da metade das bancadas partidárias da ALCE depende da transferência de recursos do Executivo para a manutenção dos redutos eleitorais, cheguei à conclusão de ser esta uma importante motivação para sua aproximação dos centros de poder. O alinhamento político entre o governo do estado e o governo federal gera uma ausência de um polo alternativo de poder, que induz as forças partidárias cearenses a fazerem parte da mesma base.

A colaboração satisfatória do governo Cid Gomes na figura do próprio governador e de suas secretarias para a satisfação das demandas encaminhadas pelos parlamentares foi reiteradamente apontada nas entrevistas. A criação de instrumentos como o Programa de Cooperação Federativa (PCF), a aprovação de emendas e o grande volume de investimentos aplicados no Estado são apontados como o meio utilizado pelo Governo para o direcionamento de recursos. A habilidade política do governador foi uma qualidade reiterada pela maioria dos entrevistados, inclusive de parlamentares da oposição. Essa habilidade foi caracterizada pelas estratégias utilizadas por Cid Gomes na composição de sua base, sendo citada a distribuição de pastas do governo como meio de atrair a bancada tucana; na abertura de canais de comunicação entre o Executivo e Legislativo, como a realização de audiências, o diálogo e flexibilidade no processo de elaboração e aprovação de projetos, e a atenção dispensada pelo governador e seus secretários no recebimento das solicitações. Atribuo à articulação política de Cid e as condições materiais do Estado para realização de investimentos como fatores relacionados à manutenção bem sucedida de sua base de apoio por mais de três anos de governo.

A construção conjunta do programa de governo pelo PSB, PMDB, PT e PC do B durante o processo de composição da chapa eleitoral e a composição desses mesmos partidos na base do governo federal contribuem para a formação de um projeto político comum entre esses partidos. A transformação da coligação eleitoral em uma coalizão governista seria motivada como um meio para a realização desse projeto. A distribuição das Secretarias entre esses partidos amplia seu poder de decisão sobre o direcionamento de recursos e os colocam sob o comando da execução de políticas e programas.

O estudo da trajetória política de Cid Gomes revela a vinculação de sua carreira ao PSDB e ao líder-mor do partido, Tasso Jereissati, por um longo período. Desde o início de sua vida pública até as vésperas das eleições, Cid demonstrou um bom

relacionamento com as lideranças tucanas e uma boa aceitação dos seus projetos políticos, nunca tendo manifestado qualquer rompimento com seus antigos aliados. A inclusão de lideranças tucanas na administração estadual representa não somente uma estratégia para a obtenção de apoio legislativo. Depoimentos de parlamentares tucanos à imprensa durante o decorrer do mandato, até as vésperas da definição das candidaturas, indicaram uma forte afinidade entre os projetos políticos. O rompimento do PSDB com o governo diante da proximidade da disputa eleitoral não representou um rompimento entre suas ideias, mas uma estratégia da bancada tucana de preservação de seu espaço político no Ceará.

Este estudo não pretende resolver o enigma da formação de uma ampla base de sustentação parlamentar que um governo pode obter no legislativo, mas procura indicar alguns elementos que possam depois ser aprofundados por outras investigações.

No primeiro capítulo apresento o desenvolvimento do cenário político no Ceará a partir da década de 1980 até as eleições de 2006. No segundo apresento os arranjos institucionais do sistema político brasileiro e os debates sobre a relação Executivo e Legislativo. No capítulo seguinte apresento a relação entre Poderes no Ceará e os dados empíricos que fundamentam as conclusões dessa pesquisa.

2. CENÁRIO POLÍTICO CEARENSE: ELEIÇÕES E LIDERANÇAS POLÍTICAS

Quando Cid Gomes venceu o pleito para o Governo do Estado do Ceará nas eleições de 2006, muitos se perguntaram sobre o significado dessa vitória. Após 20 anos de hegemonia do PSDB no Governo do Estado, a emergência desse novo governo suscitava questões sobre a possibilidade ou não de um rompimento com o grupo político anterior e do início de um novo ciclo político. Questões desse tipo não suscitam apenas reflexões sobre o tipo de política que passou ou virá, mas especialmente sobre a natureza das relações estabelecidas entre os atores políticos e a maneira como estas de desenvolveram ao longo do tempo.

Desse modo, antes de me deter nas questões mais específicas do objeto desta pesquisa, traço um breve panorama da política cearense a partir da década de 1980 até as eleições de 2006. Objetivo, com isso, compreender a emergência de alguns dos principais atores políticos do Estado, observar a dinâmica das disputas entre os quadros partidários e reunir elementos que ajudem a compreender como se deu a conformação do quadro de forças presentes no Governo Cid. O corte de duas décadas passadas foi definido com base na ascensão e consolidação do grupo político de Tasso Jereissati, cujo início encerra o modelo tradicional coronelista que vigorou por longas décadas e consolida a redemocratização no Ceará, imprimindo, desde então, um novo conceito de administração no Estado.

2.1 Contexto político cearense na década de 1980

Até as eleições de 1982 pôde-se observar com êxito a união de forças entre os coronéis Virgílio Távora, César Cals e Adauto Bezerra para manutenção de seu poder político no Ceará³. A decisão dos coronéis pela candidatura de Gonzaga Mota ao Governo do Estado a partir dos quadros técnicos da administração estadual fazia de seu nome uma opção relativamente neutra. A finalidade era evitar os conflitos de interesses

³ Essa união ficou conhecida como ‘Acordo dos Coronéis’ - ou ‘Acordo de Brasília’ -, “sacramentado no mês de abril pelo então presidente da República, João Figueiredo, unindo as três forças políticas do Ceará dentro do PDS” (BARREIRA, C, 2008).

entre as três correntes no futuro governo, passíveis de ocorrer com a indicação de um nome vinculado a alguma das três lideranças coronelistas. Os resultados eleitorais daquele período confirmam a hegemonia do PDS na Assembleia Legislativa, que dominava 34 das 46 vagas parlamentares. As 12 cadeiras restantes eram ocupadas pelo PMDB (MORAIS, 2001). Gonzaga Mota também fortaleceu os resultados para o partido após sair vitorioso nas urnas. No entanto, no decorrer de seu mandato, o governador rompeu com seus padrinhos políticos, enfraquecendo a força da tríade coronelista nas eleições seguintes para o Governo do Estado (CARVALHO, 2002).

Tabela 01 - Deputados eleitos por partido na Assembleia Legislativa/CE (1982)

Partido/coligação*	Vagas obtidas
PDS	34
PMDB	12
Total	46

Fonte: TRE/CE

Nota: *2 legendas representadas na Casa

O enfraquecimento da força política dos coronéis também pode ser relacionado a mudanças na conjuntura política e econômica brasileira. Após duas décadas de ditadura, sistema que vinha dando sustentabilidade ao governo coronelista no Ceará, um processo de redemocratização e de abertura política começava a se realizar. O engajamento político articulado em torno da campanha pelas “Diretas-já”, ocorrido logo após os pleitos estaduais de 1982, favoreceu a surgimento de novas correntes e atores políticos, que no Ceará foram representados pelo grupo dos “Jovens Empresários”⁴ (BARREIRA, C, 2008). O grupo dos “Jovens Empresários”, cujas ações tiveram origem no âmbito das entidades empresariais, propagava em seus discursos os valores de racionalidade, eficiência e competência, ou seja, valores bastante diversos daqueles que vinham sendo praticados na política cearense coronelista.

Durante o penúltimo ano do mandato de Gonzaga Mota também ocorreram importantes acontecimentos políticos. Após a formação da Aliança Democrática, o PDS, que era a maior agremiação do país naquele período, sofreu um racha no interior

⁴ Foi através do engajamento nesse grupo – caracterizado por uma ‘mentalidade política’ baseada em discursos de racionalidade e competência - que Tasso Jereissati tornou-se conhecido nos debates públicos. Os jovens empresários, acima referidos, eram oriundos de famílias tradicionais pertencentes à elite econômica local, cuja geração passou a ocupar cargos-chave em tradicionais grupos econômicos e a mobilizar-se politicamente na diretoria do Centro Industrial do Ceará (CIC) (BARREIRA, C, 2008).

do partido. A Aliança Democrática consistiu em um acordo entre uma facção do PDS e o PMDB para garantir o apoio à candidatura de Tancredo Neves (PMDB) para Presidente da República durante as primeiras eleições pós-regime autoritário, que foram decididas em regime de votação indireta no Colégio Eleitoral. No Ceará, a adesão de Gonzaga Mota e do coronel Aduino Bezerra à candidatura de Tancredo Neves (PMDB) acabou por provocar um afastamento entre o Governador e os demais coronéis, Virgílio Távora e César Cals, que apoiavam Paulo Maluf. Após a ruptura política, os quadros do PDS no Ceará passaram a ser dominados pelas correntes do Governador e de Aduino Bezerra. Com a criação do PFL e a saída de Gonzaga Mota do PDS ocorreu um esvaziamento dos quadros dessa legenda no Estado e no Legislativo⁵. Apesar do apoio pioneiro de Gonzaga Mota à Aliança Democrática desde seus primeiros passos, a presidência regional de PFL foi concedida a Aduino Bezerra, motivando-o a ingressar no PMDB. Mantida a parceria entre o governador e o vice, o PFL e o PMDB ainda tentaram firmar aliança - dificultada pela recusa do PMDB em incluir o PDS na coligação, numa suposta tentativa de evitar a recomposição da tríade coronelista. Ao final do processo, sem que nenhum dos partidos abrisse mão da cabeça de chapa, Gonzaga Mota pôs fim às negociações com o PFL, anunciando seu rompimento com Aduino Bezerra e o fim da Aliança Democrática no Estado do Ceará⁶.

Em 1986, enquanto o PFL lançava a candidatura de Aduino Bezerra e firmava aliança com o PDS, Gonzaga Mota lançava pelo PMDB a candidatura do empresário Tasso Jereissati ao Governo do Estado. O posicionamento progressista defendido por Tasso na campanha pelas Diretas-já e nos debates públicos o fez ganhar a simpatia dos que se opunham às lideranças coronelistas, fazendo-o emergir na disputa eleitoral como um forte candidato (BARREIRA, C, 2008). A candidatura de Tasso representou uma perspectiva de rompimento com as “forças do passado”, contrariando uma lógica de décadas de apadrinhamento político. Apesar do meio acadêmico atribuir como um dos fatores para sua vitória a influência proporcionada pelo apoio do Governador e da máquina administrativa do Estado (CARVALHO, 2009), desentendimentos entre Gonzaga Mota e Tasso se manifestavam desde a campanha, sendo observado um distanciamento entre ambos já neste período. Após assumir o governo, Tasso rompeu oficialmente com Gonzaga Mota e grande parte da bancada estadual peemedebista,

⁵ Fonte de Pesquisa: Jornal *O Povo*, edições publicadas entre 1984 e 1985.

⁶ Fonte de pesquisa: Jornal *O Povo*, edições publicadas entre maio de 1985 e abril de 1986.

especialmente aqueles ligados ao ex-governador (CARVALHO, 2002). A partir de uma série de rompimentos Tasso marcou a emergência de um novo grupo político, cuja hegemonia manteve-se por duas décadas na política do Estado.

2.1.1 O 'Governo das Mudanças'

Tasso foi eleito governador em 1986 pela coligação PMDB/PDC/PC do B/PCB alcançando 52,3% dos votos válidos.

Tabela 2 - Resultado das eleições para governador/CE (1986)

Partido/coligação	Válidos
PMDB* / PDC / PCB / PC DO B	52,32%
PFL* / PDS / PTB	30,01%
PT* / PSB	2,53%
PSC* / PL	0,27%

Fonte: TRE/CE

Nota: *cabeça de chapa

Seu governo teve início com o apoio da maior bancada da Assembleia Legislativa. Dos 46 deputados estaduais eleitos, 24 eram de seu partido, o PMDB (ver tabela 3).

Tabela3 - N° de deputados eleitos por partido na Assembleia Legislativa/CE (1986)

Partido/coligação*	Vagas	N
PMDB/PDC/PCB/PC do B	24/0/0/0	24
PFL/ PDS	13/5	18
PT/PSB	2/0	2
PDT	2	2
Total	46	46

Fonte: TRE/CE

Nota: *05 legendas representadas na ALCE

Contar com o apoio da maioria do Legislativo era fator fundamental para dar sustentabilidade política ao seu projeto de mudanças. No entanto, Tasso também teve que enfrentar algumas dificuldades no interior de sua bancada em razão de disputas

internas e de insatisfações geradas pelo distanciamento da administração do Executivo Estadual com a classe política.

Internamente, o grupo político do ex-governador Gonzaga Mota, rompido com Tasso durante a campanha, foi o que mais se colocou na disputa por espaços dentro do partido. A dois meses para a entrega do cargo para o novo governador, Gonzaga Mota fez prevalecer, durante reunião deliberativa do partido, sua indicação para os cargos mais importantes na chapa que disputaria eleição para Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, como o de Presidente e o de 1º Vice-Presidente. Além disso, Tasso não conseguiu convencer a maioria da bancada peemedebista a manter Ciro Gomes, nome de sua preferência para ser seu futuro líder de governo, como única liderança do partido na Casa. A proposta de que as funções de Líder da bancada e Líder do Governo fossem unificadas foi rejeitada por maior parte da bancada. As configurações para Mesa Diretora e as lideranças se deram da seguinte maneira (ver Quadro 1):

Quadro 1 - Mesa Diretora da Assembleia Legislativa (1987-1990)

Biênio 1987-1988		Biênio 1989-1990	
Cargos	Deputados	Cargos	Deputados
Presidente	Antônio Câmara (PMDB)	Presidente	Pinheiro Landim (PMDB)
1º vice-presidente	Franzé Moraes (PMDB)	1º vice-presidente	Nilo Sérgio (PDS)
2º vice-presidente	Everardo Silveira (PMDB)	2º vice-presidente	Tomaz Brandão (PMDB)
1º secretário	Luís Pontes (PMDB)	1º secretário	Antônio Jacó (PDS)
2º secretário	Francisco Aguiar (PMDB)	2º secretário	Liaderson Pontes (PDS)
3º secretário	Carlos Cruz (PMDB)	3º secretário	Manoel Duca (PMDB)
4º secretário	Paulo Quezado (PDT)	4º secretário	Henrique Azevedo (PMDB)

Fonte: Mota (1992)

A escolha do secretariado e, em especial, a nomeação do segundo escalão do governo provocaram insatisfações no interior da bancada governista com o novo governador. Composta majoritariamente por técnicos e empresários ligados ao CIC, foram poucos os nomes reservados ao partido para compor a administração estadual, fazendo com que se sentissem marginalizados no processo formação do governo. Havia também queixas por parte dos deputados dirigidas ao Secretariado devido ao tratamento dispensado a eles próprios e a seus assessores.

A reforma da máquina administrativa do Estado foi uma das primeiras ações de seu governo. Após criar e extinguir secretarias, Tasso deu início a um processo de enxugamento da máquina Estatal, em que se incluía a demissão de servidores públicos em situação irregular e redução da folha de pessoal. Essa iniciativa visava sanear as despesas e combater o uso do funcionalismo como moeda de troca clientelista, cujo pagamento de salários endividava o estado com o comprometimento de 140% dos gastos de todas as receitas. 15 decretos foram baixados estabelecendo os critérios e dando validade para as demissões. Ao final do mandato, como resultado dessas ações, a folha de pagamento passou a representar 65% da receita do Estado.

Ao final do primeiro ano de seu mandato, os conflitos internos de sua bancada passaram a se manifestar com mais evidência. A crise interna no partido levou os parlamentares a discutirem suas diferenças em Plenário, causando uma divisão na bancada. Entre as lideranças conflitantes estava o líder da bancada peemedebista; o presidente da Mesa Diretora; o 1º vice-presidente da Mesa; alguns deputados da ala gonzaguista; e membros de influência no partido, como o presidente da Câmara, deputado federal Paes de Andrade.

Apesar da ala oposicionista não representar a maioria da bancada governista, Tasso passou a contar com a colaboração de parlamentares de outras siglas para votação de matérias de seu interesse. A proposta apresentada pelo deputado oposicionista Edson Silva (PDT) - que solicitava a presença de Tasso Jereissati no plenário da casa para expor aos deputados o seu plano de metas para o governo -, derrotada pelo PMDB com a ajuda dos votos PDS e PFL caracterizou o apoio que Tasso vinha recebendo. A fim de contornar os problemas de instabilidade política em seu Governo, o governador adotou como estratégia a tentativa de controle total do PMDB, contando, para isso, com a colaboração do Presidente da sigla, Mauro Benevides, para o isolamento de Paes de Andrade e de Antônio Câmara.

No ano seguinte, período de disputas eleitorais para Prefeitura de Fortaleza, Juracy Magalhães, ligado a Mauro Benevides, foi escolhido para ser vice de Ciro Gomes na chapa que disputaria com êxito a Prefeitura de Fortaleza. O ano de 1988 foi também o ano de criação do PSDB, partido ao qual o Governador Tasso Jereissati e seu grupo político, um ano após, viriam fazer parte. A saída de Tasso e do Prefeito de Fortaleza, Ciro Gomes, do PMDB para o PSDB foi acompanhada por vários outros integrantes peemedebistas, promovendo uma verdadeira debandada e esvaziamento do

partido. O desgaste sofrido entre Governo e PMDB ao longo dos quatro anos de mandato resultaram na escolha do PDT como novo aliado na formação da chapa que iria disputar as próximas eleições para Governo do Estado. Os nomes escolhidos para candidatarem-se foram: Ciro Gomes, para Governador (cujo fator decisivo para a escolha foi a primeira colocação na preferência dos eleitores segundo institutos de pesquisa) e Lúcio Alcântara - recém-saído dos quadros do PDS -, para vice, representando o PDT (Mota,1992).

A disputa para as eleições estaduais de 1990 incluiu as seguintes forças políticas: PMDB/PDS/PFL/PT do B/PTR, chapa conservadora de oposição ao Governo, com Paulo Lustosa (PDS) como candidato; PCB/PSB/PC do B/PT, chapa oposicionista representando os partidos de esquerda, tendo a frente João Alfredo (PT); PTN, representado por Aguiar Júnior; e a chapa governista, PSDB/PDT/PDC, com Ciro Gomes (PSDB) na disputa. Como a Prefeitura de Fortaleza ficara sob o controle do PMDB - após a renúncia de Ciro para candidatar-se às eleições -, Tasso optou por manter-se no cargo até o final do mandato, indicando a candidatura de Beni Veras para o Senado.

A ampla vitória da chapa governista foi consolidada com a eleição de Ciro Gomes no Primeiro Turno - com 54,32% dos votos contra 36,98% de Paulo Lustosa -, e o preenchimento de 22 das 46 vagas para deputado estadual (ver Tabela 4), sendo dezenove do PSDB, dois do PDT e um do PDC. Além desses resultados, a chapa conseguiu eleger seu candidato para o senado e mais 10 deputados federais.

Na oposição, os partidos de esquerda elegeram 03 deputados, sendo um de cada sigla, PT, PSB e PC do B. A ala conservadora obteve 14 cadeiras para o legislativo estadual, com o PDS e PFL elegendo 5 cadeiras, cada qual, e o PMDB elegendo apenas quatro - saindo, este, bastante enfraquecido em relação às eleições estaduais anterior. As outras vagas ficaram divididas entre partidos menores: PTB e PL com duas vagas, PSD, PRN, PCN com uma, totalizando, assim, as 07 vagas restantes. Com esse resultado, o governo de Ciro Gomes iniciou seu governo com a maior bancada partidária na Assembleia Legislativa.

Tabela 4 - Total de deputados eleitos por partido na Assembleia Legislativa/CE (1990)

Partido/coligação*	Vagas	N
PSDB/ PDT /PDC	18/3/1	22
PMDB/PDS/PFL/PT do B/PTR	4/5/5/0/0	14
PSB/ PT/PC do B/ PCB	1/1/1/0	3
PL	2	2
PTB	2	2
PSD	1	1
PRN	1	1
PCN	1	1
Total	46	46

Fonte: Mota (1992).

Nota: *14 legendas representadas na Casa.

2.1.2 Consolidação do projeto mudancista

A vitória de Ciro Gomes como sucessor de Tasso Jereissati nas eleições de 1990 foi fundamental para continuidade do projeto político iniciado em 1987 e para a consolidação da liderança política de Tasso e seu grupo no Ceará. Na primeira experiência de governo, apesar do Executivo possuir o apoio majoritário na Assembleia Legislativa, foram observados períodos de instabilidade política na sua própria bancada devido à existência de conflitos com outras tendências peemedebistas. As rupturas ocorridas nos primeiros anos do governo Jereissati e o sucesso de sua administração deram condições para que, nas eleições de 1990, o PSDB se tornasse a força política mais expressiva do Ceará e para que uma grande renovação dos quadros do legislativo estadual ocorresse (BONFIM, 2002).

Assim como Tasso, Ciro Gomes iniciou seu governo com a maior bancada do Legislativo estadual, mas não garantiu de imediato a maioria no parlamento. O novo governo alcançou, entretanto, mais estabilidade na base governista que o de seu antecessor. Após fundarem o PSDB no Estado ao final do primeiro mandato, Tasso e seus correligionários, apoiados pela Executiva Nacional, ocuparam a diretoria do partido no Ceará e assumiram o controle da agremiação. Isso garantiu ao governo de Ciro a eliminação de problemas provocados por disputas internas. Era necessário, no entanto, construir uma maioria parlamentar. Na relação com os parlamentares e com a classe política, Ciro se diferenciou de Tasso posicionando-se mais aberto ao diálogo, mais acessível. Incluiu na montagem do governo membros de sua base política no

Legislativo, como o PDT, inclusive políticos de agremiações da base oposicionista, como o deputado federal peemedebista Mauro Benevides.

Quadro 2 - Mesa Diretora e Lideranças da Assembleia Legislativa para o biênio 1991-1992

Cargos	Deputados (partido)
Presidente	Júlio Rego (PSDB)
1º vice-presidente	Manuel Salviano (PSDB)
2º vice-presidente	José Albuquerque (PDS)
1º secretário	Alexandre Figueiredo (PSDB)
2º secretário	Stênio Rios (PFL)
3º secretário	José Maria Melo (PMDB)
4º secretário	Marconi Matos (PDT)

Fonte: Mota (1992)

O bom relacionamento entre governo e oposição se estendeu também nas aprovações de emendas parlamentares, a exemplo de cinco emendas propostas por Eudoro Santana (PSB) na votação das diretrizes orçamentárias realizadas no primeiro semestre de seu governo. Apesar do governo conseguir aprovar com folga os projetos do Executivo no Legislativo, a oposição continuou a marcar presença sistemática nas votações durante todo o mandato, em especial os partidos progressistas como PSB e PT, além das bancadas conservadoras: PMDB, PDS, PFL. A conclusão do mandato de Ciro Gomes⁷ com altos índices de popularidade e o retorno de Tasso Jereissati ao Governo Estadual, com vitória nas urnas em primeiro turno (55,32% dos votos válidos), eram os indicativos do sucesso do projeto mudancista, ainda em curso.

Tabela 5 - Resultados das eleições para governador/CE (1994)

Partido	PSDB	PMDB	PT	PSTU	PRONA
Válidos	55,32%	37,61%	3,06%	2,93%	1,08%

Fonte: TRE/CE

A conquista do segundo mandato de Tasso em 1994 para o Governo Estadual do Ceará ocorreu concomitante à vitória do candidato do PSDB - Fernando Henrique Cardoso - para Presidência da República. Para esta gestão, Jereissati apontava, logo de início, um novo comportamento em relação a sua primeira experiência, aproximando-se

⁷ Ciro renunciou ao mandato poucos meses antes de seu término para comandar a pasta do Ministério da Fazenda no governo de Itamar Franco. Francisco Aguiar assumiu o cargo como governador-tampão.

do estilo de seu antecessor, mais aberto e disposto à negociação com as lideranças políticas. Nas primeiras declarações à imprensa após a vitória, Tasso dava a garantia de que este seria um governo de coalizão partidária.

Tabela 6 - Deputados eleitos por partido na Assembleia Legislativa/CE (1994)

Partido/coligação*	vagas obtidas	N
PSDB	20	20
PPR/PMDB/PFL/PSD/PP	4/5/2/1/0	12
PT/PSB/PPS /PC do B	3/1/0/0	4
PDT	4	4
PL	3	3
PSC	2	2
PTB	1	1
Total	46	46

Fonte: TRE/CE

Nota: *11 legendas representadas na Casa

As articulações para formação de uma maioria governista de 36 parlamentares incluíram 20 parlamentares tucanos, 4 pedetistas e mais 12 deputados de pequenos partidos - PPR, PFL, PSD, PL, PSC e PTB. Apesar do assédio do Governo sobre o PT para apoiá-lo, a agremiação se manteve na oposição. Para fazer-lhe frente, os três parlamentares petistas se somaram a um do PSB e a outro do PPR. Os cinco parlamentares eleitos pelo PMDB oscilaram entre apoio e oposição, a depender do dinamismo da conjuntura política.

Após as duas primeiras gestões dirigidas pelo grupo político de Tasso, consolidado politicamente no PSDB, observou-se um crescimento e fortalecimento do partido e das lideranças tucanas por quase todo o Estado. Apesar de não possuir uma boa penetração na capital Fortaleza, diversos municípios do interior, com apoio das prefeituras, passaram a se constituir como base política da maioria dos parlamentares tucanos. Diferentemente de seu primeiro mandato, o segundo mandato de Tasso pôde contar com um partido mais coeso e com o aumento do arco de alianças na Assembleia Legislativa. Os segundo e terceiro mandatos de Tasso, reeleito em 1998 com 62% dos votos, foram marcados pela execução de projetos estruturantes, obras de infraestrutura, atração de capitais e investidores internacionais para o Estado (BONFIM, 2002). O resultado das eleições e a correlação de forças na Assembleia entre os anos de 1999-2002 podem ser verificados nas Tabelas 7 e 8.

Tabela 7 - Resultado das eleições para Governador/CE (1998)

Coligação	% Válidos
PSDB*/ PPS / PTB / PSD / PPB	62,718
PMDB* / PST / PSL / PSC / PAN / PRN / PSDC / PFL	21,924
PT* / PDT / PSB / PC do B / PV / PCB	13,897
PMN	0,732
PSTU	0,729

Fonte: TRE/CE

Nota: * cabeça de chapa

Tabela 8 - Deputados eleitos para a Assembleia Legislativa/CE (1998)

Partido/Coligação	Vagas	N
PSDB / PPS / PSD	21/4/0	25
PMDB / PFL / PSDC	6/2/0	8
PT / PC do B / PSB / PCB / PV	3/1/1/0/0	5
PDT	2	2
PPB	2	2
PTB	2	2
PL / PT do B / PSN	1/0/0	1
PSC / PAN / PRN / PSL	1/0/0/0	1

Fonte: TRE/CE

Notas: * 12 legendas representadas na Casa.

Sucessor de Tasso no comando do governo do Ceará, Lúcio Alcântara foi eleito em 2002, após vitória apertada em 2º turno, com 50,04% dos votos contra 49,96% obtidos pelo candidato do PT, José Airton Cirilo (ver Tabela 9). Era a primeira vez, desde 1988, que as eleições para o Governo do Estado não eram decididas em 1º turno. No plano federal, a vitória para Presidente da República foi conquistada por Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores.

Tabela 9 - Resultados das eleições para governador/CE (2002)

Coligação/Partido	Votação %	
	1º turno	2º turno
PSDB* / PPB / PSD / PV	49.788	50.043
PT* / PC do B / PL / PMN / PCB	28.328	49.957
PMDB* / PFL	12.122	-
PSB* / PSDC / PSC / PSL / PT do B / PHS / PAN / PGT / PRTB	7.358	-
PTB	1.154	-
PDT	0.953	-
PSTU	0.297	-

Fonte: TRE/CE

Nota: *cabeça de chapa

Como nos governos anteriores, Lúcio Alcântara iniciou seu mandato com o apoio da maioria do legislativo cearense, renovado em 43% nestas últimas eleições. Apesar de fazer parte do partido de maior bancada na Assembleia, com 17 parlamentares, o PSDB contava ao final do governo anterior com 19 parlamentares, chegando ao governo Lúcio com 5 parlamentares a menos do que há quatro anos atrás. Na totalização da base de apoio do novo Governo, seis partidos se aliaram ao PSDB somando-se mais 9 deputados, dos quais quatro eram PPS, dois do PPB, e um de cada uma das legendas, PSL, PFL e PDS, chegando-se ao total de 26 deputados.

Tabela10 - Deputados eleitos para a Assembleia Legislativa/CE (2002)

Partido/Coligação*	Vagas	N
PSDB/PSD/PV	17/1	18
PMDB/PFL	5/1	6
PT	5	5
PPS/PTN	4/0	4
PL	3	3
PHS	2	2
PPB	2	2
PSB	2	2
PC do B/PCB	1/0	1
PDT	1	1
PSL/ PT do B /PAN / PSC / PSDC / PRTB	1/0/0/0/0	1
PST	1	1
Total	46	46

Fonte: TRE/CE

Notas: *14 legendas representadas na Casa

Na eleição da Mesa Diretora, o PSDB dividiu cargos com outras legendas, garantindo para si a Presidência, a 1ª Vice-presidência e a 1ª Secretaria. Ao invés de usar o Cambé, marcado como ícone do Governo tucano como sede de seu governo, Lúcio Alcântara optou por um Centro Administrativo do BEC como novo local para ocupar a Sede administrativa do Governo. Apesar da mudança da sede do governo, 13 nomes das gestões Tasso e Beni Veras permaneceram no novo Secretariado. A mudança se fazia apenas no nível simbólico entre o governo Lúcio e seus antecessores.

O governo estadual teve início em 2003 com dificuldades. A ocorrência de um ajuste no modelo econômico em nível nacional gerou turbulência em toda a economia nacional e uma queda de arrecadação que atingiu o Ceará, entre outros Estados,

induzindo o governo a cortes de gastos. O campo político também se apresentava com instabilidade: o governo sofreu sua primeira derrota na Assembleia Legislativa, com a negação da indicação de Soraia Victor como conselheira do Tribunal de Contas do Estado; e descontentamentos foram manifestados por parte de deputados da base governista com relação a projetos do Executivo, a exemplo dos tucanos Francisco Cavalcante e Tânia Gurgel.

Ao final de seu mandato, o governo Lúcio aparecia muito bem avaliado nas pesquisas de opinião perante seus eleitores e contava, até o último encontro realizado com as prefeituras municipais antes das eleições, com o apoio maciço dos prefeitos do interior do Estado. No entanto, com a aproximação das eleições novos choques de interesses no interior do partido trouxeram a tona os conflitos que pareciam estar adormecidos, levando as tensões a contornos drásticos.

Tensões internas se acumulavam no PSDB no decorrer do governo Lúcio devido à incapacidade do gabinete do governador em fazer uma boa articulação política e intermediar os conflitos. Os choques provocados pelas disputas por bases eleitorais entre os deputados governistas; as queixas contra o apoio do governador à candidatura de ex-secretários; e alegações de desprestígio por parte dos deputados pela falta de convites para participação de anúncios, de inaugurações de obras e nas ações do governo (O Povo 19/03/2006) foram fatores que corroeram o apoio de seus correligionários e influenciaram na conformação da chapa a ser definida mais adiante.

2.1.3 Período pré-eleitoral de 2006

O processo de consolidação das chapas nessas eleições passou pela negociação das disputas internas nos partidos; sofreu influências de manobras políticas desencadeadas pelas novas leis eleitorais - como as regras da verticalização⁸ e da Cláusula de Barreira⁹ - e gerou uma reconfiguração das alianças políticas existentes no Estado.

⁸ Segundo os termos das regras de verticalização as coligações estaduais não poderiam reunir partidos que eram adversários no plano nacional, ou seja, os candidatos aos governos estaduais não poderiam se coligar com partidos que apoiassem candidatos distintos à presidência.

⁹ A cláusula de barreira definida pela Lei 9096/95, art.13, determina que “Tem direito a funcionamento parlamentar para todas as Casas Legislativas para as quais tenha elegido representante, o partido que, em cada eleição para a Câmara dos Deputados obtenha o apoio de, no mínimo, cinco por cento dos votos apurados, não computados os brancos e nulos, distribuídos em, pelo menos, um terço dos Estados, com

A partir do período pré-eleitoral de 2006, algumas das principais forças políticas do Estado articularam-se com a proposta de formação de uma chapa para atuar como uma ampla frente de oposição capaz de impedir a reeleição de Lúcio Alcântara. A chapa majoritária “Ceará vota pra crescer” contava com o apoio de nove legendas, entre elas PT e PMDB, e era encabeçada pelo PSB, partido que compunha até este mesmo ano a base de sustentação do governo Lúcio, “O Secretário de Governo, Luiz Pontes, reafirma que o PSB é o aliado preferencial dos tucanos e aposta na amizade de Tasso Jereissati com o ministro Ciro Gomes para dar continuidade à aliança entre os dois grupos na eleição deste ano” (jornal O Povo, 02/01/2006).

Faltando poucos meses para a definição das candidaturas, desentendimentos entre Tasso Jereissati e Lúcio Alcântara levaram o partido a um racha. Segundo as declarações posteriores às eleições de Jereissati à imprensa, eles decorriam de “‘interferências domésticas’ no governo Lúcio e na direção estadual do partido”, e complementava lançando farpas contra Lúcio “o PSDB esteve esses 20 anos no poder e foi inflado de oportunistas e [necessita] dar uma purificada agora para voltar a ser o que era” (O Povo 02/10/06).

Segundo especulações na imprensa, o pano de fundo destas declarações seria a ausência de colaboração de Lúcio com as pretensões de Tasso em lançar Cid Gomes como candidato a governador pela chapa do PSDB. Para isso, seria necessário que Lúcio abdicasse de sua candidatura à reeleição em troca da candidatura ao Senado, fato que não ocorreu. A relação histórica entre os grupos políticos de Ciro e de Tasso - cujo apoio mútuo se manteve a despeito das orientações de suas siglas partidárias – também fortaleceram os rumores de que, frustradas as intenções de Tasso, este teria oferecido apoio velado a Cid durante as campanhas eleitorais no interior do Estado.

Deixando à margem tais especulações, o fato era que pela primeira vez o senador Tasso Jereissati se negava a coordenar e participar da campanha de uma candidatura do PSDB para o governo do Estado. Tanto a ruptura no partido como o afastamento de Tasso durante a campanha enfraqueceram a candidatura à reeleição de Lúcio, que perdera um cabo eleitoral de peso, vendo-se forçado a buscar por conta própria apoios para sua reeleição.

um mínimo de dois por cento do total de cada um deles”. A lei posteriormente foi entendida como inconstitucional pelo STF.

Uma das estratégias de Lúcio foi a tentativa de trazer o apoio do PMDB para sua chapa. De um lado, tentou conquistar o partido através da cúpula oferecendo a candidatura para o Senado a Eunício Oliveira cujas pretensões estavam sendo ameaçadas no interior da ‘frente de oposição’ pelos interesses do PC do B¹⁰. No entanto, as principais articulações de Lúcio foram dirigidas sobre os membros da bancada individualmente, aproveitando-se do racha existente no PMDB entre os que apoiavam e os que eram contra o apoio do partido ao governo federal. Enquanto a cúpula peemedebista apoiava a candidatura de Cid – motivados por interesses junto ao governo federal¹¹ - grande parte dos prefeitos do interior, a maior parte da bancada estadual e setores da bancada federal preferiam se aliar a Lúcio, a despeito da posição de Eunício (Jornal O POVO. *Unidos, mas nem tanto*. 11/06/06).

As negociações do PT para se juntar à frente de oposição contaram com algumas resistências oriundas de algumas de suas correntes internas. Havia, entre elas, uma forte desconfiança sobre a candidatura de Cid Gomes devido às ligações de sua carreira política - assim como a de Ciro Gomes, seu irmão e correligionário - ao grupo político de Tasso Jereissati. Apesar das pressões da prefeita Luizianne Lins, Cid em nenhum momento declarou seu rompimento com Tasso ou com seu passado no ‘governo das mudanças’, declarando-se apenas como oposição ao governo Lúcio. Além das dúvidas em relação a Cid, pairava no PT um desconforto, expresso pela Prefeita Luizianne Lins¹², em compor chapa ao lado do PMDB – maior adversário político do partido na Capital durante o governo Juraci Magalhães.

Ultrapassado esse momento de desconfianças, novas tensões foram provocadas pela concorrência interna entre as lideranças das principais correntes do partido até que se chegasse à indicação de Francisco Pinheiro à vice na chapa. O mosaico de disputas pôde ser delineado em torno da Prefeita Luizianne Lins, que tinha preferência pela indicação de Francisco Pinheiro; de José Airton Cirilo, ex-prefeito de Icapuí; e de Hilário Marques, ex-prefeito de Quixadá – ambos pleiteando para si a candidatura ao cargo.

¹⁰ O PC do B necessitava da vaga para o Senado para passar pela cláusula de barreira e garantir com isso a sobrevivência do partido. Para tanto, entrevistou nacionalmente a favor de Inácio Arruda impondo a sua candidatura como condição para o apoio à reeleição de Lula.

¹¹ No primeiro mandato de Lula, a pasta do ministério das telecomunicações foi dada a Eunício, portanto, fechar com a chapa PT-PSB-PMDB tornaria mais concreta a manutenção desses interesses.

¹² Luizianne foi escolhida pelo partido para coordenar as negociações da sigla na composição da chapa eleitoral

Ao final do prazo estipulado pela Justiça Eleitoral a “frente de oposição” se consolidou na disputa para as eleições com a inscrição da chapa “Ceará vota pra crescer” definida pelas seguintes candidaturas: Cid Gomes (PSB) para Governador, Francisco Pinheiro (PT) como vice, Inácio Arruda (PC do B) para o Senado e Eunício Oliveira (PMDB) para deputado federal (ver tabela 11).

Tabela 11 - Resultados eleitorais do pleito para Governador/CE (2006)

Coligação	% Votos
PSB */ PT / PC do B / PMDB / PRB / PP / PHS / PMN / PV	62,378
PSDB* / PTN / PSC / PPS / PFL / PAN / PTC / PTB	33,868
PSOL*/ PCB /PSTU	2,747
PSDC	0,504
PL*/PDT / PRTB / PT do B	0,395
PCO	0,108

Fonte: TRE/CE

Notas: * cabeça de chapa

Os dados apresentados nos indicam uma ampliação do número de forças partidárias presentes nas disputas eleitorais ao longo dessas duas décadas. Saímos de um cenário em que apenas dois partidos dominavam o espaço político no parlamento cearense, para outro em que se consolida o multipartidarismo e se tem uma elevação da concorrência no mercado político. Esse novo cenário passou a exigir mais habilidade das lideranças no processo de negociação e acomodação de interesses. Durante esse processo, também observamos com maior frequência a formação de alianças e coalizões, utilizadas como mecanismo de maximização de votos e como estratégia para agregar forças tanto para as disputas no Executivo como no Legislativo. Nesse sentido, podemos perceber que a formação de uma maioria parlamentar governista, presente em todos os mandatos, tornou-se cada vez mais dependente da união de partidos. Analisando a evolução do quadro de forças no Ceará durante essas duas décadas, podemos afirmar que inexistiu até o momento uma única força político-partidária capaz de dominar a política do Estado. A condução de uma boa articulação política, a manutenção de um arco de alianças bem elaborado, disciplina e coesão partidária mostraram-se ao longo do tempo elementos importantes para conservação do poder na política cearense. Foram com esses elementos, aliado a outros fatores, que o governo tucano deteve por vinte anos o controle da política no estado. Reforçando a importância desses elementos, os fatos políticos apresentados acima nos apontam a coincidência

entre a perda do mandato de Lúcio Alcântara, problemas de articulação política na sua base de sustentação, a implosão de uma crise interna no partido e a formação de um bloco de oposição, composto por partidos da base do governo nacional, favorecidos pela alta popularidade do PT com Lula na presidência.

2.2 Trajetória política de Cid Gomes

As Ciências Sociais muitas vezes desprezaram, no estudo das relações de poder, o aspecto individual dos gestores e governantes. Mesmo que não se possa dizer que há uma autonomia absoluta das ações e decisões individuais desses atores porque estão determinados por situações estruturais, não é desprezível ressaltar traços de sua biografia para entender os limites inclusive dessa ação estrutural.

O atual governador do Ceará, Cid Gomes, vem de uma tradicional família de políticos e funcionários públicos da cidade de Sobral. Nasceu em 1963 e teve sua formação escolar na cidade mesmo de Sobral. Em 1970 seu pai, Euclides Ferreira, torna-se prefeito da Cidade e em seguida suplente de deputado estadual. Nos anos oitenta, seu irmão e sua grande influência política e referência, Ciro Gomes projeta-se na cidade de suplente de deputado estadual pelo antigo PDS para candidato a deputado estadual eleito pelo PMDB e em seguida candidato a prefeito na Capital. A eleição de Ciro Gomes é um passo importante na estratégia de fortalecimento do ‘projeto mudancista’ por parte do grupo político dirigente estadual de Tasso Jereissati. Enquanto o irmão mais velho aliava-se ao grupo tassista, Cid terminava seu curso de engenharia na UFC e foi, em 1990, eleito deputado estadual e exerceu o cargo de primeiro-secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa. Reeleito deputado estadual em 1994, foi eleito presidente da Assembleia. Em 1996, foi candidato eleito a prefeito de Sobral com amplo apoio, sendo reeleito em 2000. Ao término de seus dois mandatos consecutivos à frente da prefeitura de Sobral, Cid muda-se para os EUA, onde residira por um ano.

O ano de 2006 será decisivo para a trajetória política de Cid Gomes. Mesmo em Washington D.C, atuando como consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), há articulações entre os opositores do governo Lúcio e uma ala de insatisfeitos dentro do PSDB. O governador Lúcio Alcântara mesmo sendo bem avaliado pelo eleitorado é criticado pela falta de audácia política e criatividade em

políticas pública. As críticas internas e externas ao governo Lúcio, permitem a formação de uma aliança eleitoral entre o PSB, PT e PMDB, como partidos mais importantes. Eleito por essa coligação de forças, Cid Gomes inicia seu governo em 2007 com a formação de uma ampla base de sustentação política parlamentar, pois mesmo os “opositores” ao seu projeto do PSDB são incorporados ao primeiro escalão do governo e passaram a compartilhar das decisões do governo.

No próximo capítulo apresento em linhas gerais os mecanismos institucionais do sistema político brasileiro com o intuito de verificar as determinações que constroem e limitam as ações dos atores políticos. Em política, como se sabe, não basta a força de vontade dos governantes, porque há as bases institucionais para a sua realização. Apresentar o quadro institucional permite também verificar que, a despeito da uniformidade institucional tão característico do sistema político brasileiro, muitas vezes instituições existentes no nível federal não alcançam o mesmo grau de eficiência em nível estadual. O intuito também da apresentação dos limites da institucionalidade alcançado pelas regras políticas é saber até que ponto essas regras facilitam a formação dessa ampla base de apoio governista expressa na relação executivo e legislativo na gestão Cid Gomes.

3. SISTEMA POLÍTICO PARTIDÁRIO BRASILEIRO

3.1 O desenho institucional brasileiro

O presidencialismo é o sistema de governo adotado no Brasil, modelo que tem base na separação de poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, instâncias autônomas entre si, responsáveis por diferentes funções de Estado¹³. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, juntamente com os Ministros de Estado que o auxiliam no exercício de suas atribuições. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e Senado Federal; nos Estados ele é exercido pela Assembleia Legislativa, enquanto nos municípios e distrito federal é exercido pelas Câmaras Municipal e Legislativa, respectivamente. Os representantes do Executivo e do Legislativo são eleitos de maneira independente através do voto popular. As eleições para a escolha dos Chefes de Executivos e dos senadores seguem as regras do sistema majoritário, enquanto as eleições para deputados obedecem as regras do sistema proporcional de lista aberta. No que diz respeito às suas funções, cabe ao Legislativo a elaboração das leis e a fiscalização do Executivo. Não compete aos parlamentares – deputados e senadores – a implementação de políticas e o exercício de governo, tarefas exclusivas do Executivo. Legislar e implementar são funções bem distintas uma da outra. O Legislativo atua votando as leis sem responder, contudo, por sua implementação (CINTRA, 2007). No que diz respeito ao Executivo, essa separação não é tão clara, pois lhe é facultado a opção de propor emendas constitucionais e legislar em diferentes matérias, algumas até com caráter exclusivo, tais como orçamento e tributação, entre outras. A Constituição de 1988 reconfigurou essas esferas de poder do Estado que passaram a incorporar novos instrumentos, regras e atribuições. Em seu trabalho, Figueiredo e Limongi observam que,

De um lado, os constituintes aprovaram uma série de medidas tendentes a fortalecer o Congresso, recuperando assim os poderes subtraídos no Legislativo ao longo do período militar. De outro, a Constituição de 1988 manteve muitos dos poderes legislativos que foi dotado o Poder Executivo ao longo do período autoritário, visto que não se revogaram muitas das prerrogativas que lhe permitiram dirigir o processo legislativo durante o regime militar (apud CINTRA, LACOMBE, 2007, p.144).

¹³ Em razão do objetivo deste trabalho, inserido no âmbito da relação entre Executivo e Legislativo, não trato das atribuições e formação do Poder Judiciário.

As prerrogativas mantidas pelo Executivo às quais os autores se referem, denominadas de Poderes de agenda, são instrumentos constitucionais postos à sua disposição, capazes de interferir e alterar a dinâmica normal do Legislativo, tais como: as Medidas Provisórias, decretos com força de lei que, após publicação no Diário Oficial, passam a ter vigência imediata; requerer *urgência* nas tramitações, o que implica na retirada da proposição das discussões nas comissões para encaminhamento direto ao Plenário; além do poder de veto total ou parcial dos projetos aprovados pelos parlamentares. Por outro lado, o Legislativo passou a dispor de maiores recursos para fiscalização do Executivo: foi ampliada sua participação nas nomeações para o tribunal de contas; assim como passou a deter maior abrangência na apreciação dos orçamentos do Executivo e na realização de emendas; o quórum para derrubada de vetos do Executivo foi reduzido; além de outros recursos (CINTRA, LACOMBE, 2007).

Quanto à organização interna, o Executivo tem exclusividade sobre a formação dos ministérios, podendo criá-los ou desfazê-los conforme julgar necessário, além de nomear livremente os responsáveis para esses cargos e para as empresas estatais. No Legislativo, a Mesa Diretora é o órgão que detém o poder formal de suas casas (Senado, Câmaras e Assembleias), sendo a responsável pelo controle dos trabalhos legislativos e serviços administrativos. O princípio de proporcionalidade partidária rege toda a organização do trabalho legislativo, como no caso da composição da Mesa Diretora e Comissões Técnicas: “será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares...”. Os líderes parlamentares expressam, perante as bancadas que representam, “a perspectiva partidária nas discussões e deliberações. [O líder] é quem (...) orienta a bancada nas votações de plenário e indica à mesa os membros dessa bancada para compor as comissões, podendo também, ‘a qualquer tempo’ substituí-los”. Através do voto ponderado pelo peso da respectiva bancada, o líder pode atuar em nome de seus liderados, o que facilita e agiliza a articulação de votos, especialmente nos casos em que se busca a formação de maiorias parlamentares. Dispositivos como esse dão extraordinária força ao cargo (CINTRA, LACOMBE, 2007, p.150). O conjunto das lideranças parlamentares – de governo, de partidos e blocos, da maioria e da minoria parlamentar – forma o Colégio de Líderes, órgão que tem entre suas funções participar, juntamente com a Mesa Diretora, na organização da agenda da Casa, como na seleção das proposições a serem apreciadas no mês subsequente, para distribuição de deputados. Por fim, cabe às

comissões técnicas da Câmara, em seus respectivos campos temáticos, a apreciação dos projetos submetidos ao seu exame, assim como fazer o acompanhamento e fiscalização dos programas governamentais. Dentre as alterações introduzidas pela Constituição Federal de 1988, passou a ser acrescido poder terminativo às comissões de orçamento e de constituição, o que significa poder de aprovação, nessas respectivas áreas, de proposições sem o encaminhamento ao Plenário.

3.2 Estudos sobre o Legislativo e comportamento parlamentar

Apesar das diferenças marcantes entre os sistemas políticos do Brasil e dos Estados Unidos – tanto nas regras dos sistemas eleitoral e partidário, como na regulação e organização do Congresso e seus órgãos, entre outros -, os estudos sobre o comportamento parlamentar no Brasil são fortemente inspirados pelas matrizes teóricas Distributivista e Partidária, que tiveram origem na análise do Legislativo norte-americano. Comparativamente, concebendo os modelos teóricos norte-americanos como referenciais, observamos que os estudos sobre o Legislativo no Brasil dividem-se, principalmente, entre vertentes que, de um lado, estão mais afinadas com os pressupostos defendidos pela perspectiva distributivista e com a tese da conexão eleitoral, como, por exemplo, Barry Ames e Scott Mainwaring e de outro, seguem uma orientação neo-institucionalista, que mais se aproxima dos pressupostos defendidos pela matriz teórica partidária, cujos principais expoentes são Angelina Figueiredo, Fernando Limongi, Fabiano Santos, entre outros. Há, contudo, estudiosos que aceitam parcialmente os pressupostos distributivistas e neo-institucionalista, seguindo uma linha de pensamento intermediária, a exemplo de Carlos Pereira e Bernardo Mueller (CINTRA, LACOMBE, 2007, CARVALHO, 2003).

Assim como nos Estados Unidos, os principais estudos sobre o Legislativo e o comportamento parlamentar no Brasil têm como foco as atividades desenvolvidas no Congresso Nacional, sendo aqui, mais propriamente, na Câmara dos Deputados. Cabe lembrar que, apesar de ambos os países utilizarem o Congresso como objeto de estudo, cada um desses órgãos são regidos e organizados por diferentes regras e princípios, cada qual com suas particularidades institucionais. As comissões técnicas permanentes, órgãos presentes em ambas as instituições, são bons exemplos dessas diferenças. Enquanto nos Estados Unidos as comissões descentralizam o poder no

Congresso por serem dotadas de considerável poder de agenda, no Congresso Brasileiro, elas têm seu poder esvaziado em decorrência dos poderes de agenda concentrados nas mãos dos líderes partidários e do Presidente da República. Quanto à composição de seus membros, a primeira segue o princípio da *seniority* como critério de escolha de cada um de seus presidentes, ou seja, são priorizados os membros mais antigos da bancada majoritária, valorizando, assim, a experiência e a especialização dos integrantes em cada uma das áreas temáticas; no caso brasileiro, a escolha dos diretores é feita através de eleições anuais e a composição dos membros a partir do princípio da proporcionalidade partidária, sendo valorizadas, dessa forma, a rotatividade e diversidade dos membros em cada uma das comissões.

Antes de me debruçar sobre os estudos do Legislativo brasileiro, apresento as linhas centrais desenvolvidas pelas matrizes teóricas Distributivista, Informacional e Partidária, que orientaram os estudos sobre o legislativo estadunidense e serviram de inspiração para importantes estudos desenvolvidos no Brasil.

3.2.1 Comportamento parlamentar no Legislativo norte-americano: Teorias Distributiva, Informacional e Partidária

3.2.1.1 A Teoria Distributivista

A matriz teórica distributivista teve origem a partir de estudos de cientistas políticos norte-americanos cujo objetivo era tentar explicar a lógica de seus parlamentares no Congresso. De acordo com essa perspectiva, o padrão de comportamento parlamentar observado é decorrência do sistema eleitoral – que no caso dos Estados Unidos, é orientado por um sistema de eleições majoritárias em distritos uninominais. Nesse sistema as ações dos parlamentares alcançam uma maior visibilidade perante os seus eleitores, que passam a ser orientadas pela conexão eleitoral. Isso implica, argumentam os autores, em um padrão de atuação focado exclusivamente na reeleição, concentrado no atendimento das demandas da base eleitoral territorial. A produção legislativa passa a ser pautada na busca de políticas com custos dispersos e benefícios concentrados, segundo a “lógica do particularismo e do paroquialismo, com a consequente provisão subótima de bens públicos e uma sobre oferta de bens privados” (CARVALHO, 2003, p.36).

Os distributivistas, por considerarem que o comportamento dos congressistas é uma consequência da conexão eleitoral, defendem que a compreensão da atividade legislativa deve partir da análise de cada parlamentar individualmente. A estrutura institucional do Congresso e os partidos políticos não são considerados fatores explicativos relevantes. A estrutura institucional interna do Congresso também estaria submetida à lógica da conexão eleitoral, tendo sido elaborada especialmente para atender às necessidades dos parlamentares. As comissões permanentes, por exemplo, dotadas de monopólio de jurisdição sobre as respectivas áreas de política, funcionariam como foros específicos de negociação e decisão com o fim de propiciar a satisfação das demandas das clientelas. Ocupando as comissões que afetam mais diretamente as suas bases, os legisladores firmariam acordos que, pela regra da reciprocidade, seriam respeitados no Plenário, onde seriam aprovados sem dificuldades programas voltados para a satisfação de demandas específicas. As comissões contribuiriam para minimizar os custos de transação que viriam a incidir sobre um mercado de votos em Plenário, maximizando os ganhos de troca.

Segundo essa corrente, os partidos políticos seriam entidades fracas, com pouca influência sobre o comportamento de seus membros. Ao invés de definirem as linhas de atuação dos parlamentares, os partidos teriam que se adaptar às necessidades eleitorais dos parlamentares, não se arregimentando como organizações ideológicas. Os líderes partidários serviriam apenas para acomodar os diversos interesses particularistas ostentados pelos parlamentares. O uso da *seniority* tornaria os partidos ainda mais frágeis ao retirar de suas lideranças o controle sobre a escolha das presidências das comissões técnicas – destinadas aos membros mais antigos do partido majoritário – e, com isso, um importante trunfo para imposição de disciplina partidária (CARVALHO, 2003; CINTRA, LACOMBE, 2007).

Entre os efeitos negativos apontados pelos teóricos da conexão eleitoral estariam as dificuldades para a aprovação de políticas de interesse nacional e para a introdução na pauta do Congresso de questões de natureza ideológica e programática, evitando-se, assim, a discussão de temas polêmicos que viessem a dividir o eleitorado. A produção legislativa, ao se restringir a políticas de natureza particularista, também produziria como efeito agregado, políticas irracionais e irresponsabilidade fiscal (CARVALHO, 2003).

3.2.1.2 Teoria Informacional

A Teoria Informacional originou-se de uma dissidência no interior da teoria distributivista. São pontos comuns entre as duas teorias: a utilização do individualismo metodológico; a compreensão de que as ações dos legisladores são voltadas para a maximização dos prospectos eleitorais; e, sobretudo, a centralidade atribuída às comissões como atores do processo legislativo no Congresso norte-americano (CARVALHO, 2003).

No entanto, para os adeptos da teoria informacional, ao contrário do que pensam os distributivistas, o poder das comissões permanentes não advém de sua atuação como agente de distribuição. Ele seria consequência da elevação do grau de eficiência do processo legislativo, decorrente de sua capacidade de especialização e de produção de informações, resultando em benefícios diretos sobre as carreiras políticas dos congressistas. Sendo assim, o argumento distributivista de que as comissões funcionariam como canal de viabilização de políticas particularistas, é contraposto à perspectiva informacional que compreende como função das comissões o exame minucioso dos projetos, depurando projetos individuais. (CINTRA, LACOMBE, 2007). As matérias aprovadas em plenário não seriam resultado de pactos de reciprocidade, mas do reconhecimento da *expertise* das comissões. Os autores admitem, no entanto, a existência de conflitos distributivos no interior desses órgãos e a possibilidade de discrepância entre as preferências do Congresso e das comissões. Este seria, segundo esses teóricos, o grande problema a ser contornado na instituição. Essa discrepância poderia “levar o processo de decisão sobre políticas a exibir incertezas em relação a resultados, deixando-se de incorporar plenamente a *expertise* das comissões” (CARVALHO, 2003, p.39).

3.2.1.3 Teoria Partidária

Diferentemente das teorias distributivista e informacional, a perspectiva partidária parte do pressuposto de que os partidos políticos são instâncias capazes de influenciar a lógica da produção legislativa. Assim como as demais teorias, a partidária reconhece a centralidade das comissões no processo legislativo estadunidense. No entanto, essa centralidade é percebida sob uma ótica diferente, pois consideram que o direcionamento dos projetos não é determinado pelas preferências dos membros das comissões individualmente ou estritamente pela consideração de critérios técnicos e

informativos. Segundo eles, a seleção dos projetos a serem postos em pauta é baseada nas preferências do partido, tendo em vista que “no momento em que as principais posições de determinação de agenda – a direção das comissões e da presidência da casa – se veem ocupadas por membros do partido majoritário, é de se esperar que a legislação tenha um viés partidário” (CARVALHO, 2003, p. 42).

Ao contrário do que argumentam as demais correntes, a análise sobre as ações individuais dos parlamentares não seria suficiente para explicar a lógica do comportamento dos congressistas norte-americanos. Entraves institucionais impõem limites às pretensões individualistas desses atores, induzindo-os a cooperar entre si e a agir de acordo com as determinações do partido majoritário. De acordo com a descrição de Carvalho (2003),

As comissões concorrem entre si pelo tempo escasso de apreciação dos projetos em plenário e, por isso, acabam por relatar os projetos mais afinados com as preferências da liderança da maioria e da presidência da casa, o speaker, o qual, além do poder de veto, controla o poder de tramitação dos projetos em plenário. Ao convergirem dessa forma com as preferências da liderança do partido majoritário, tais projetos acabam se mostrando na pior das hipóteses em sintonia, na melhor, em suporte da agenda coletiva do partido (p.42).

De acordo com a leitura da teoria partidária, os partidos políticos também são destaque na solução de um duplo dilema. Através de sua estrutura formalizada e institucionalizada, eles imporiam limites à predisposição distributivista dos parlamentares em produzir bens privados em excesso e bens coletivos em escassez. Além disso, essas agremiações dispõem dos meios necessários para a cooperação dos parlamentares, que se sujeitariam às suas determinações ao depararem-se com a grande dificuldade de, isoladamente, conseguir direcionar benefícios para os seus distritos.

3.2.2 O debate distributivista e partidário no Brasil

A vertente neo-institucionalista, com inspiração na matriz teórica partidária, foi introduzida no Brasil no início dos anos 1990 pelos autores Argelina Figueiredo e Fernando Limongi. Sua análise veio a se contrapor à tese de que a produção legislativa no Congresso era dominada pelos interesses individuais dos parlamentares, local onde as decisões seriam marcadas por forte indisciplina partidária e os partidos políticos concebidos como instituições fracas. Na perspectiva de Figueiredo e Limongi

As normas que regulam a distribuição de direitos e recursos parlamentares estão na raiz de um padrão altamente centralizado de organização congressual, Padrão que neutraliza a materialização de políticas

distributivistas que, de outra forma, decorreriam de uma conexão eleitoral (...). O monopólio do poder de agenda por um número reduzido de instâncias, como as lideranças partidárias, o Colégio de Líderes e a Mesa (além, obviamente, do Presidente da República) vedam ao deputado individual acesso às arenas decisórias que seriam capazes de assegurar a implementação de políticas de cunho distributivista (p. 47).

As discussões sobre o Presidencialismo de Coalizão ganharam destaque a partir da década de 1990 nos temas voltados para as relações Executivo-Legislativo no Brasil. Termo utilizado pela primeira vez em 1988 por Sérgio Abranches como meio de definir a especificidade do presidencialismo brasileiro, sua abordagem generalizou-se no vocabulário de muitos estudiosos para referirem-se ao sistema político brasileiro desde então. Por definição, o presidencialismo de coalizão se refere a uma dinâmica de montagem e manutenção de apoios no legislativo ao chefe do Executivo, em que “o Presidente constrói base de apoio concedendo postos ministeriais a membros de partidos com representação no Congresso, e estes, em troca, fornecem os votos necessários para aprovação de sua agenda no Legislativo” (SANTOS, 2006, p.225).

Fernando Limongi (2006) levanta questões, em artigo dedicado ao tema, sobre essa nova abordagem acadêmica que, a partir da adoção de uma nova terminologia, invoca uma pretensa originalidade de nosso sistema político. Para o autor, não há nada de especial em um sistema presidencialista e em governos mantidos por coalizões partidárias. Buscando resposta em discussões teóricas do contexto de seu surgimento, Limongi observa que a denominação ‘presidencialismo de coalizão’ surge como resultado de debates sobre o modelo institucional brasileiro em um período em que se questionava a viabilidade da ordem democrática no país sob o regime presidencialista. Após a experiência do fracasso da ordem democrática anterior (1946-1964), o presidencialismo e o regime de separação de poderes havia sido alvo de severas críticas.

Influenciados pelo pensamento do cientista político espanhol Juan Lins, contrário ao presidencialismo, muitos autores brasileiros compartilhavam a ideia de que o sistema de Separação de Poderes levaria a conflitos insolúveis. Segundo esta interpretação, o sistema não era capaz de gerar incentivos para a cooperação entre os Poderes, visto que os mandatos eram obtidos e mantidos de forma independente - e, sendo assim, dotados de vontades e pretensões políticas diversas -, situação que era agravada pela inexistência de um fórum legítimo para arbitrar os conflitos entre eles. Assim, caso o Chefe do Executivo não obtivesse a maioria das cadeiras – muito

provável de acontecer em um sistema multipartidário como o nosso -, estaria condenado ao fracasso legislativo e o país à paralisia decisória. Lins descartava a possibilidade de coalizões multipartidárias argumentando que o presidente eleito não teria a intenção de dividir o poder, e, se fosse o caso, obteria a recusa dos demais partidos, que prefeririam apostar no fracasso do governo e na vitória nas próximas eleições. Nesse sistema, governo e oposição recairiam em um tipo de política plebiscitária, buscando apoio nas massas como meio de fazer pressão.

Sérgio Abranches (1988), autor da expressão em destaque, defende que a estrutura institucional brasileira reflete a heterogeneidade existente no país em suas diversas dimensões. Por isso, diferentemente do pensamento de Lins, para governar, o Executivo seria pressionado a atender os múltiplos interesses existentes, necessitando recorrer às coalizões multipartidárias para obtenção de apoio no Legislativo. Esse modelo seria problemático e tendente a gerar crises, pois, além de atender a critérios partidários, as coalizões deveriam atender ao critério federativo, levando a um alto grau de heterogeneidade de interesses e à ineficiência governamental. Assim como Juan Lins, Abranches compartilhava a ideia de que a separação de poderes implicaria em conflito entre poderes, e que a falta de mecanismos ou instâncias para superar os conflitos entre Executivo e Legislativo tornaria impossível o funcionamento normal desse tipo de regime. Ambos os autores desacreditavam na possibilidade dos partidos oferecerem bases suficientes para constituição de coalizões legislativas. Tal hipótese era sequer cogitada, já que descartavam a capacidade dos partidos para organizar e estruturar o apoio político ao Presidente. Esse posicionamento tomava como base a crença na fragilidade dos partidos políticos no Brasil e a suposta incompatibilidade existente entre presidencialismo e partidos fortes.

O modo como o termo ‘presidencialismo de coalizão’ vem sendo adotado no Brasil é interpretado por Limongi como um reconhecimento por parte de uma nova corrente de estudiosos de que coalizões multipartidárias são possíveis, viáveis. Seria uma demonstração de que o Brasil teria superado os obstáculos apontados por Lins. Sua forma de operar, no entanto, seria similar a outros governos de minoria e, em muitos aspectos, ao sistema parlamentarista, não remetendo, portanto, a nada de especial. Não aspiraria nada novo nem original (LIMONGI, 2006).

Essa nova corrente de pensamento citada pelo autor, surgida a partir da década de 1990, procurou defender a partir de dados empíricos a possibilidade de coalizões

partidárias sob o presidencialismo¹⁴, assim como demonstrar que o sistema presidencial brasileiro opera de forma similar a regimes parlamentaristas. Desse modo, poderia ser estendido ao presidencialismo o modelo usado no parlamentarismo para dar conta do processo que organiza a distribuição de pastas ministeriais e a obtenção de apoio no Legislativo. A distribuição de ministério entre partidos com representação parlamentar seria um dos recursos utilizados pelo Executivo para obter o apoio necessário no Legislativo. Fabiano Santos (2006) procura comprovar empiricamente essa afirmação a partir das análises das coalizões formadas durante os dois períodos democráticos e durante os governos Sarney, FHC e Lula (entre 1985 a 2003). Ele observou que “os governos se empenharam, em maior ou menor grau, em formar ministérios levando em conta a força e o peso relativo dos partidos no parlamento (...) [procurando] formar gabinetes com força parlamentar suficiente para a futura aprovação de sua agenda” (p. 226 e 227).

Reforçando esta teoria, os estudos de Amorim Neto sobre coalizões apontam que a disciplina partidária está positivamente relacionada com a proporcionalidade entre o peso do partido no ministério e o número de cadeiras que ocupam no parlamento (SANTOS, 2006). Santos, cita uma passagem do texto de Figueiredo e Limongi para ressaltar a importância da distribuição de pastas ministeriais na dinâmica de troca de apoios:

“a escassa autonomia do Poder Legislativo na formulação de políticas públicas torna a participação no Governo ainda mais importante para os parlamentares interessados em garantir retornos eleitorais. Sendo assim, o controle de cargos fornece mecanismos que permitem cobrar disciplina partidária. Os parlamentares podem incorrer em custos, votando a favor de medidas contrárias aos seus interesses imediatos, em função dos ganhos que podem auferir como membros da coalizão do governo” (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999, P. 38 apud SANTOS, 2006, p.227).

O autor procura demonstrar por meio dos estudos de Amorim Neto que a cooperação dos partidos políticos está relacionada a objetivos de maximização de votos e/ou de políticas. Dessa forma, a disciplina partidária também pode variar conforme considerações eleitorais futuras: à medida que o mandato avança, a disciplina diminuiu; ou, dependendo do perfil ideológico dos partidos da coalizão, quanto mais ideologicamente diversa a composição da coalizão, mais baixa a disciplina.

¹⁴ Dentre esses autores podemos citar FABIANO SANTOS, AMORIM NETO, ARGELINA FIGUEIREDO, FERNANDO LIMONGI, entre outros.

Além da distribuição de ministérios, os poderes de agenda do presidente e a centralização decisória no Legislativo também são apontados como fatores que induzem à cooperação dos parlamentares na aprovação da agenda do Executivo (SANTOS, 2006; LIMONGI, 2006; RENNÓ, 2006). Os poderes de agenda do presidente, garantidos constitucionalmente em 1988, garantem o monopólio do Executivo na iniciativa de projetos na área de orçamentos e administração; no recurso a requerimento de urgência, o que acelera os trâmites para votação dos projetos de sua autoria; e na possibilidade de emissão de medidas provisórias, que detêm força imediata de lei. A centralização decisória no Legislativo está relacionada à centralidade assumida pelas lideranças partidárias e pela Mesa Diretora, que assumem maior relevância no Congresso Nacional. É partir do Colégio de Líderes e do presidente da Mesa Diretora que se define a pauta dos trabalhos legislativos e são nomeados os presidentes das Comissões. A lealdade às posições do partido nas votações em Plenário é um dos critérios utilizado pelas lideranças para compor as comissões. Esta prerrogativa transforma-se num ótimo mecanismo para aprovação das matérias de interesses da coalizão e para o bloqueio de leis contrárias aos seus interesses, o que ajuda a evitar confrontos em plenário (SANTOS, 2006).

Os partidos políticos também adquirem papel relevante nesse processo de negociação e coordenação política. Segundo Limongi (2006), o apoio ao governo tem bases partidárias, pois é com o partido que o Chefe do Executivo negocia, não individualmente com os parlamentares. O autor observou que é o apoio do partido que garante o apoio da bancada. Em média, 90,8% dos parlamentares votam favoravelmente à agenda do governo quando a coalizão está unida. Quando a coalizão está dividida, a disciplina dos parlamentares em relação ao governo cai para 66,8%. Quando líderes partidários se colocam contra o governo, parte dos parlamentares vota com seus partidos.

A despeito da controvérsia sobre a centralidade de poder dos partidos na arena legislativa, o certo é que, comparativamente ao que ocorria na República de 1946, o sistema político brasileiro passou a contar com mais estabilidade política a partir da Constituição de 1988. Novos mecanismos foram adotados para evitar crises institucionais e paralisia governamental. As crises mais recentes, oriundas do Executivo federal e sua relação com o Legislativo, demonstram de forma clara que os partidos finalmente se tornaram atores muito relevantes para a governabilidade. Se há maior

institucionalidade nas relações entre Executivo e Legislativo intermediada pelos partidos, não significa que tenha desaparecido antigas formas de fazer política e dar sustentação parlamentar aos governos. Das antigas formas de relação entre Executivo e Legislativo na esfera federal, a sobrevivência mais evidente após as ondas de modernização ocorrida na política brasileira nas últimas décadas foi o clientelismo.

3.3 O clientelismo como instrumento político no Brasil

O clientelismo é uma antiga marca da política brasileira, tendo sido utilizado ao longo do tempo como instrumento de barganha política e legitimação. Para Edson Nunes (2003, p.28), ele

(...) é caracterizado por situações paradoxais porque envolve, primeiro, uma combinação peculiar de desigualdade e assimetria de poder com uma aparente solidariedade mútua em termos de identidade pessoal e sentimentos e obrigações interpessoais; segundo, uma combinação de exploração e coerção potencial com relações voluntárias e obrigações mútuas imperiosas; terceiro, uma combinação de ênfase nessas obrigações e solidariedade com aspecto ligeiramente ilegal ou semilegal destas relações [...] O ponto crítico das relações *patron*-cliente é, de fato, a organização ou regulação da troca ou fluxo de recursos entre atores sociais.

Com origem nas relações oligárquicas de poder, a lógica do clientelismo político acompanhou todo um processo de modernização e urbanização, permanecendo ainda hoje nos variados tipos de instituições políticas, associações, agências públicas, partidos políticos, etc. Embora permeie setores modernos da sociedade, são nos redutos políticos tradicionais que sua prática ganha maiores contornos. Nestes, o monopólio do poder local é disputado por grupos familiares com tradição na vida pública, havendo casos em que um único grupo se consolida como dominante. Além do prestígio político, são famílias detentoras de poder econômico, inseridas nas camadas mais abastarda da sociedade, em contraste com a massa do eleitorado, oriunda das classes mais pobres. Uma característica muito comum dos municípios em que firmam base eleitoral é a fragilidade econômica decorrente da pouca arrecadação de receitas, não alcançando a autossuficiência. Os representantes locais, em consequência disso, passam a receber um volume elevado de demandas daquela população, como obras e serviços públicos, entre outras de caráter privado. A obtenção de verbas extras para o atendimento dessas necessidades torna-se fundamental, pois serão utilizadas como uma importante moeda

de troca que garantirá a essas elites os meios para perpetuarem-se por longos anos, ou mesmo gerações, no poder.

“No Brasil contemporâneo, o sistema clientelista (...) assume o lugar de canais de comunicação e representação entre a sociedade e o estado onipotente e fornece aos estratos mais baixos da população voz e mecanismos para demandas específicas [...] O clientelismo constituiu, ao mesmo tempo, uma alternativa à presença difusa do Estado e uma gramática para as relações sociais de não mercado entre classes e grupos sociais” (NUNES, 2003, p.29).

A viabilização dessas práticas torna-se mais fácil quando uma parceria é firmada entre os políticos locais, partidos políticos e as diferentes esferas de Poder. Deputados Estaduais, por exemplo, demonstram prestígio junto ao Governador, ou a ministros, quando obtêm sucesso em acordos, muitas vezes informais¹⁵, que facilitam a destinação de recursos para suas bases. O esforço individual deste representante, no entanto, nem sempre é suficiente para a concretização desses acordos, que na maioria das vezes é viabilizado por intermédio de uma aliança entre os partidos das diferentes partes.

“Os recursos materiais do Estado desempenham um papel crucial na operação do sistema; os partidos políticos – isto é, aqueles que apoiam o governo – têm acesso a inúmeros privilégios através do aparelho do Estado. Esses privilégios vão desde a criação de empregos até a distribuição de outros favores como pavimentação de estrada, construção de escolas, nomeação de chefes e serviços de agências, tais como o distrito escolar e o serviço local de saúde. Os privilégios incluem, ainda, a criação de símbolos de prestígio para os principais ‘corretores’ dessa rede, favorecendo-os com acesso privilegiado aos centros do poder” (NUNES, 2003, p.32).

Os Deputados Estaduais atuam como articuladores entre as lideranças políticas, na maioria dos casos os prefeitos e o governo do Estado. A proximidade com as bases fornece-lhes conhecimentos privilegiados acerca dos problemas e necessidades dessas regiões que são repassados e encaminhados na forma de projetos para o governador e suas secretarias. A elaboração de emendas parlamentares é outra forma dos deputados tentarem assegurar recursos e benfeitorias. Ao incorporar esta tarefa, o parlamentar atua indiretamente na execução de políticas públicas assumindo na prática funções que formalmente não fazem parte de suas atribuições. Os compromissos assumidos durante o firmamento desses acordos também podem comprometer o exercício das verdadeiras funções desse parlamentar. O tempo dedicado ao recebimento das demandas, - em parte,

¹⁵ Essa informalidade tem a ver justamente com a natureza clientelista desses acordos. “A participação das redes clientelistas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal; os arranjos hierárquicos no interior dessas redes estão baseados em consentimento individual e não gozam de respaldo jurídico (...). O clientelismo se baseia numa gramática de relações entre indivíduos, que é informal. Não legalmente compulsória e não Legalizada” (NUNES, 2003, p.42-41).

durante as recorrentes viagens aos municípios interioranos e, em outra, durante as visitas de eleitores nos escritórios e gabinetes políticos - retira parcela considerável do tempo que o parlamentar deveria se dedicar à elaboração de leis e à fiscalização das ações do Governador. A lógica da troca de favores pode tornar cada vez mais flexível a análise dos projetos do Executivo, dando margem para que nem sempre sejam obedecidos requisitos como relevância, preservação e atendimento dos interesses da sociedade conforme suas prioridades.

Segundo Edson Nunes (2003, p.77),

“Quando um partido sem recursos para a patronagem permanece fora do poder por um longo período, seu único meio de conseguir apoio passa a ser o apelo de suas propostas, a promoção da construção institucional do partido e a crítica àqueles que estão no poder”.

A opção acima, no entanto, pode não trazer resultados satisfatórios quando se está em jogo a manutenção do domínio sobre as bases eleitorais dos membros da agremiação, principalmente se ocorre a situação contrária: partidos acomodados por um longo tempo no poder, com os recursos necessários para atender suas clientelas, serem subtraídos de suas antigas posições. Neste caso, as coalizões políticas podem se apresentar como uma alternativa capaz de reintegrá-los. Para a coalizão governista, a adesão de novas forças elimina possíveis resistências ao seu programa. Para os novos aliados, derrotados na disputa eleitoral, esta opção pode satisfazer a expectativa de obtenção de recursos para a manutenção de suas posições políticas (NUNES, 2003). Na avaliação deste autor, a decisão sobre qual estratégia tomar,

(seja) universalistas ou clientelista dependerá da combinação de três fatores: decisões da liderança; orientações do eleitorado e existência de recursos (...) Finalmente, a cristalização de uma ‘experiência crítica’ capaz de consolidar a orientação de um partido depende da rapidez com que o partido chega ao poder” (2003, p.80).

A tendência para a formação de uma maioria parlamentar de apoio ao Executivo estadual tem sido observada na política cearense desde as eleições de 1986¹⁶. Embora dotado de uma maioria, todos os mandatos estaduais subsequentes concorreram no Plenário com uma bancada de oposição. O Governo de Cid Gomes, assim como os governos anteriores, inaugurou seu primeiro mandato (2006-2010) com a predominância de sua base de apoio na Assembleia Legislativa. No entanto, diferentemente dos demais, sua bancada de sustentação abrangeu quase a totalidade dos

¹⁶ Considera-se, neste trabalho, o período referente à redemocratização iniciada na década de 1980.

parlamentares, conquistando, assim, apoio hegemônico. O fato chamou atenção, pois, do início até as vésperas das eleições seguintes¹⁷, Cid pôde gozar da ausência¹⁸ de uma bancada de oposição sistematizada, incapaz de fazer frente a seu governo.

Durante os anos em que PSDB esteve à frente do Governo Estadual observou-se a presença de um bloco de oposição liderado por parlamentares cuja base eleitoral era formada predominantemente por camadas médias urbanas, representadas, majoritariamente, pelos partidos de esquerda. A base governista, por outro lado, era composta predominantemente pelo eleitorado do interior do Estado. Segundo Nelson Rojas de Carvalho, o comportamento parlamentar tende a ser influenciado segundo a natureza de sua base eleitoral. Deputados cuja base é dispersa e compartilhada, típicas dos grandes centros urbanos, tendem a defender políticas universalistas, enquanto aqueles cuja base é concentrada e dominante tendem à práticas políticas tradicionais, de cunho particularista e regionalizado. A realização desse tipo de prática, por diversas vezes, de matriz clientelista, requer recursos elevados. Recursos que, no Estado do Ceará, puderam ser garantidos durante as duas décadas em que estiveram “à sombra” do poder, tornando possível a consolidação dessas carreiras políticas. Ao levar em conta a natureza da economia cearense, frágil, com a maior parte dos municípios dependente dos recursos do Governo do Estado - assim como a sobrevivência política dos parlamentares cujos votos estão concentrados nesses municípios - haveria incentivos suficientes para esses representantes abdicarem de sua permanência nos centros do poder?

¹⁷ A base de sustentação do governo Cid apresentou-se unida e coesa até poucos meses para o final de seu primeiro mandato. O rompimento anunciado pela cúpula do PSDB veio a ocorrer às vésperas das eleições de 2010, quando já se aproximava o término do prazo para definição das candidaturas para as eleições daquele ano.

¹⁸ A oposição manifestada por alguns parlamentares - como foi o caso de Heitor Férrer (deputado cujo partido, PDT, integrava a base do governo), além de, variavelmente, um ou dois deputados - não foi suficiente para consolidar uma base de oposição ao Governo Cid.

4. EXECUTIVO-LEGISLATIVO NO ESTADO DO CEARÁ

Este capítulo visa, num primeiro momento, apresentar o modo como os Poderes Executivo e Legislativo estão estruturados no Ceará. Para isso, descrevo as regras que organizam internamente a distribuição de poder e a definição dos cargos e posições de influência nessas esferas, levando-se em conta tanto as determinações institucionais como os mecanismos informais que os regem. Neste sentido, apresento os mecanismos formais que orientam a organização da Assembleia Legislativa do Ceará na 27ª Legislatura e da administração de Cid Gomes no seu primeiro mandato no Governo do Estado (2007-2010). Apresento, em seguida, a composição dos cargos do primeiro escalão da administração estadual e introduzo uma breve discussão sobre os critérios que fundamentam a escolha dos nomes para o comando dessas pastas. A partir disso, procuro reunir no decorrer deste capítulo informações que contribuam para o entendimento da relação entre os dois Poderes, mais especificamente dos fatores e motivações que tornaram possíveis a conformação e manutenção da base de sustentação do Executivo no Legislativo durante esse período.

4.1 O Poder Legislativo no Ceará (27ª Legislatura)

A 27ª legislatura da Assembleia Legislativa do Ceará foi formada por 46 deputados. A organização interna do Poder entre os deputados é regulamentada por uma hierarquia. É composta por uma Mesa Diretora, formada pelos cargos de Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º, 2º, 3º e 4º Secretários e 1º, 2º, 3º suplentes¹⁹ (art. 07 do RI). Parte importante das atividades do legislativo é direcionada pelas 18 Comissões Permanentes que são incumbidas, entre outras funções, da realização de audiências, recebimento de reclamações e petições, além de emissão de parecer técnico sobre programas, obras, planos estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento e projetos nas diferentes áreas, entre elas: I) Constituição, Justiça e Redação, II) Orçamento,

¹⁹ A Mesa Diretora da 27ª Legislatura foi composta por Domingos Filho (PMDB), presidente; Gony Arruda (PSDB), 1º vice-presidente; Francisco Caminha (PHS), 2º vice-presidente; José Albuquerque (PSB), 1º secretário; Fernando Hugo (PSDB), 2º secretário; Hermínio Resende (PSL), 3º secretário, e Osmar Baquit (PSDB), 4º secretário.

Finanças e Tributação, III) Agropecuária, IV) Educação, V) Defesa do Consumidor, VI) Indústria e Comércio, Turismo e Serviço, VII) Direitos Humanos e Cidadania, VIII) Trabalho, Administração e Serviço Público, IX) Viação, Transportes, Desenvolvimento Urbano, X) Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido, XI) Seguridade Social e Saúde, XII) Ciência e Tecnologia e Educação Superior, XIII) Fiscalização e Controle, XIV) Defesa Social, XV) Comissão da Infância e Adolescência, XVI) Comissão da Juventude, XVII) Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca, XVIII) Cultura e Esportes (arts. 47 e 48 do RI).

De acordo com o artigo 96 do Regimento Interno da Assembleia, as proposições, exceto os requerimentos, antes da deliberação do Plenário, dependem de manifestação das Comissões a que a matéria estiver afeta. Destas, são de caráter terminativo as comissões de: a) Constituição, Justiça e Redação, quanto à constitucionalidade ou juridicidade da matéria; e b) Orçamento, Finanças e Tributação, sobre a adequação financeira ou orçamentária da matéria. Os membros de cada comissão são indicados pelos líderes de bancada ou bloco parlamentar, que ocuparão as vagas estabelecidas conforme a representação proporcional de seus partidos na Assembleia. Não é permitido aos parlamentares ocupantes de cargos na Mesa Diretora fazer parte das comissões, exceto nas especiais e de representação.

Os Deputados são agrupados por representações partidárias ou de Blocos Parlamentares, cabendo-lhes escolher um Líder. Um bloco é constituído por dois ou mais partidos reunidos sob uma liderança comum. O Governador do Estado também pode contar com um Líder, que será dotado das mesmas prerrogativas das lideranças das representações partidárias, exceto na indicação de Deputados para as Comissões da Casa (art.113 do RI). Estão inclusas como competências da liderança, expressar o ponto de vista de seu partido; discutir proposições e encaminhar-lhes a votação; fazer uso da palavra para tratar de assuntos relevantes; propor emendas na fase de discussão; participar pessoalmente dos trabalhos de qualquer Comissão, sem direito a voto; entre outras atribuições (Art. 114 do RI), que não inclui integrar a Mesa Diretora. O Colégio de Líderes, formado pelos Líderes das Bancadas Partidárias, dos Blocos Parlamentares e do Governo, é presidido pelo Presidente da Assembleia e reúne-se, extraordinariamente ou ordinariamente, uma vez no mês, para tratar de assuntos de interesse geral. As deliberações são buscadas mediante consenso, ou por decisão de maioria absoluta, quando este não for possível.

A 27ª Legislatura (2007-2010) da Assembleia Legislativa do Ceará teve início com a presença de doze partidos. A maior bancada, representada pelo Bloco Parlamentar PSB/PMDB/PT, elegeu 18 deputados (cada sigla composta por 8, 7, 3, respectivamente); seguida pelo PSDB, com 15 deputados; PSDC, PV, PDT, PHS, PSL elegeram 02 deputados, cada; enquanto PC do B, PFL e PAN, apenas 01 representante. No decorrer desse quadriênio, esse quadro sofreu algumas alterações. Entre 2007 e 2009 observamos as seguintes trocas partidárias (Quadro 3):

Quadro 3 - Mudanças de Legenda entre 2007 e 2009

Parlamentar	Partido	
	eleito em 2006	atual
Adahil Barreto	PSDB	PR
Ana Paula Cruz	PMDB	PRB
Edson Silva	DEM	PSB
Guaracy Aguiar	PMDB	PRB
Roberto Cláudio	PHS	PSB
Ronaldo Martins	PMDB	PRB
Stanley Leão	PSDC	PTC
Vasques Landim	PSDB	PR
Wanderley Pedrosa	PAN	PTB
Washington Góes	PAN	PRB

Fonte: Jornal Diário do Nordeste (14/01/2010)

O Fenômeno das trocas partidárias se intensificou em 2009, ou seja, um ano antes do pleito seguinte, que é o prazo estabelecido pela justiça eleitoral para que os candidatos se filiem ao partido pelo qual desejam concorrer. Essa opção, na maioria dos casos, não tem a ver com questões ideológicas ou programáticas. Ela tanto pode representar uma saída decorrente de um racha no partido, como ser parte de diferentes estratégias, como aproximação de aliados políticos, ampliação do acesso a recursos governamentais ou dissociação da sua imagem de governos negativamente avaliados (MARENCO, 2009). O maior beneficiado pelas trocas foi o PRB²⁰, partido que mesmo sem eleger representantes passou a contar com uma bancada com três deputados. Os três

²⁰ O Partido Republicano Brasileiro (PRB) é tido como um partido alternativo do Governo Cid Gomes. O fenômeno do partido alternativo do governador não é uma experiência recente, pois o mesmo já existiu na época do governador Tasso Jereissati que tinha o PSD como partido auxiliar do governador. A lógica desse partido alternativo se explica pelo fato de em muitos municípios aliados do governador não poderem se filiar ao partido do governador, mas que deseja fazer parte da sua base aliada. Assim, a estratégia política é abrigar os novos aliados não no partido central, mas permitir que os aliados sejam acomodados em nova legenda. Esse fenômeno revela o quanto a política municipal precisa ser levada em consideração na dinâmica política estadual.

parlamentares, que migraram para o PRB, saíram dos quadros do PMDB, que, em contrapartida, sofreu maiores perdas na Assembleia. Além das trocas partidárias, outros fatores contribuíram para alterações no quadro de forças do Plenário, como a extinção de partidos (o PAN e o PFL, incorporados pelo PTB e DEM, respectivamente) e a substituição de deputados por suplentes.

Durante toda a Legislatura, diversos parlamentares ausentaram-se de suas funções sendo substituído por suplentes. Em abril de 2010, faltando ainda nove meses para o final deste mandato, 27 pedidos de licenças parlamentares já haviam sido concedidos – sendo desde licenças para resolução de assuntos pessoais, tratamento médico ou missões culturais –, o que proporcionou por 52 vezes, neste período, a ocupação das cadeiras de deputado por suplentes. Logo no início da Legislatura, seis afastamentos foram solicitados: José Ilo Dantas (PSDB), por motivos de saúde, e os demais para assumirem Secretarias no Governo do Estado. Este foi o caso dos deputados Marcos Cals (PSDB), Secretário de Justiça e Cidadania, substituído por Luiz Pontes (PSDB); Ivo Gomes (PSB), Chefe de Gabinete do Governador, por Ana Paula Cruz (neste tempo no PMDB); João Ananias (PC do B), Secretário de Saúde, pelo correligionário Lula Moraes; Mauro Filho (PSB), Secretário da Fazenda, por Manoel de Castro (PMDB); e, Artur Bruno (PT), substituído por Dedé Teixeira (PT) durante os seis meses em que ocupou a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Com exceção de Artur Bruno, os demais deputados mantiveram-se afastados por quase todo o mandato, retornando em 2010 na data limite para candidatos se desincompatibilizarem antes das eleições. O suplente Vasques Landim (PSDB), em decorrência das sucessivas prorrogações da licença médica de José Ilo Dantas, foi um dos que tiveram a oportunidade de se manter por quase todo o mandato. Ana Paula Cruz e Wanderley Pedrosa assumiram definitivamente os cargos de Washington Góes e Sávio Pontes, entregues após o sucesso nos pleitos para as prefeituras de Caucaia e Ipu em 2008. Mesmo não sendo tema deste trabalho, a ocupação temporária de mandatos por suplentes envolve muitas questões. Desde acordo entre deputados para dar chances a colegas de partido até mesmo apoios políticos em futuras disputas municipais nas quais o titular tem interesse.

4.2 A formação do governo Cid Gomes (2007-2010)

A primeira tarefa do Chefe do Executivo, ao conquistar esta posição, consiste na formação do seu governo, ou seja, o governador deve designar os nomes que ocuparão os cargos da administração superior, tais como o de Chefe de Gabinete, Secretarias e demais órgãos estaduais, ou até mesmo, quando julgar necessário para uma realização mais eficiente dos objetivos da gestão, promover uma reforma da estrutura organizacional do Estado, criando, fundindo ou excluindo Secretarias. O preenchimento dos cargos das Secretarias envolve um processo de formação de um quadro técnico capaz de implementar e executar as políticas e programas nas diversas áreas de atuação do Estado, conforme o projeto político defendido pela gestão. No entanto, o comando dessas pastas nem sempre é definido integralmente conforme o critério técnico. A escolha dos Secretários de Estado envolve interesses políticos diversos, podendo ser influenciada de acordo com a relação de forças que compõem o governo. A nomeação política é utilizada pela maioria dos governos de coalizão, ou governos de minoria, como uma estratégia do Chefe do Executivo para a conquista e manutenção do apoio das bancadas partidárias no parlamento.

O governo de Cid Gomes caracteriza-se como um governo de minoria, tendo seu partido, o PSB, conquistado apenas oito das quarenta e seis cadeiras do parlamento cearense. Como parte de um projeto de poder, assim que teve início o novo mandato, PSB, PMDB e PT, coligados anteriormente nas eleições, uniram-se como um bloco parlamentar. A soma das cadeiras obtidas pelos três partidos elevou o bloco à maior bancada da Assembleia, com 18 cadeiras parlamentares – nas quais sete são do PMDB, três do PT e oito do PSB. Esta posição apesar de assegurar algumas vantagens ao bloco – devido ao princípio da proporcionalidade, que rege a ocupação dos cargos de poder na Casa – ainda não representava uma maioria parlamentar, levando o novo governador a formar uma coalizão de governo com as demais bancadas, cujo resultado foi o apoio de 44 dos 46 parlamentares. Seguindo a lógica de distribuição de pastas como estratégia para obtenção de apoio, podemos observar no Quadro 4 a nomeação de membros e lideranças partidárias na chefia de algumas secretarias do governo. A nova configuração dos órgãos da administração superior ficou assim estabelecida:

Quadro 4 - Órgãos da Administração Superior Estadual, por chefia e vinculação político-partidária (2007-2011)

Pasta	Chefia/Presidência	Cota (partido/governador)
Vice-Governador	Francisco Pinheiro	PT
Gabinete do Governador	Ivo Gomes	Governador
Casa Civil	Arialdo Pinho	Governador
Casa Militar	Ten. Cel. José Rodrigues	Governador
Secretaria do Planejamento e Gestão	Silvana Parente	Técnico
Secretaria da Fazenda	Mauro Filho	PSB
Secretaria da Controladoria e Ouvidoria Geral	Aloísio Carvalho	PMDB
Secretaria da Educação	Isolda Cela	Governador
Secretaria da Justiça e Cidadania	Marcos Cals	PSDB
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Artur Bruno *	Governador
Secretaria da Saúde	João Ananias	PC do B
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Roberto Monteiro	Técnico
Secretaria da Cultura	Auto Filho	PT
Secretaria da Ciência e Tecnologia e Educação Superior	René Barreira	Técnico
Secretaria do Esporte	Ferrucio Feitosa	“PDT”
Secretaria do Turismo	Bismark Maia	PSDB
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Camilo Santana	PT
Secretaria dos Recursos Hídricos	César Augusto Pinheiro	PMDB
Secretaria de Infraestrutura	Adail Fontenele	Governador
Secretaria das Cidades	Joaquim Cartaxo	PT
Procurador Geral do Estado	Fernando Costa Oliveira	Governador
Conselho de Políticas e Gestão de Meio Ambiente	André Barreto Esmeraldo	Técnico
Conselho Estadual de Educação	Edgar Linhares	Técnico
Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico	Ivan Bezerra	Técnico
Defensoria Pública Geral do Estado	Luciano Simões	

Fonte: Governo do Estado do Ceará, jornal Diário do Nordeste (24/12/2006)

Nota: *A pasta da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social foi entregue à Fátima Catunda após Artur Bruno abrir mão do cargo ao final do primeiro semestre de governo.

Observando a distribuição dos cargos de secretários por vinculação partidária é possível constatar que quase todos os partidos com representação parlamentar na ALCE que estiveram presentes na coligação eleitoral de 2006 foram contemplados. Apenas o

PV e o PHS não assumiram o controle de nenhuma secretaria. O PMDB assumiu o controle de duas pastas; o PT assumiu quatro pastas, além de possuir o cargo de vice-governador; o PSB recebeu uma pasta, assim como o PC do B. O PSDB apesar de ter estado de lado oposto nas eleições, defendendo a reeleição de Lúcio Alcântara, recebeu duas pastas no governo Cid. Esta iniciativa do governador teve como objetivo conquistar o apoio da maior bancada partidária da Casa – o PDSB, com 15 deputados - e foi interpretada por analistas políticos como uma retribuição do apoio velado do líder maior do PSDB, Tasso Jereissati, a sua candidatura durante as eleições.

4.3 Perfil da base eleitoral da 27ª legislatura da Assembleia Legislativa do Ceará

As matrizes teóricas Distributivista e Partidária orientaram alguns dos principais estudos sobre o sistema político brasileiro e, em especial, sobre a produção legislativa do país. A corrente de orientação distributivista procura explicar o sistema político a partir das ações individuais dos parlamentares. A partidária, por outro lado, se contrapõe à tese anterior ao alegar que, individualmente, os parlamentares não têm poder sobre as decisões no parlamento. Segundo esta orientação, as decisões no Legislativo são fortemente centralizadas, tanto pelo conjunto de regras que distribuem o poder na Casa como pelos poderes de agenda concedidos ao Chefe do Executivo na Constituição de 1988.

Apesar dessas duas correntes partirem de matrizes explicativas opostas, uma incidindo sobre o parlamentar e a outra sobre o conjunto de regras e instituições, é com base nessas duas vertentes que procuro compreender as relações Executivo-Legislativo no Estado do Ceará. Tendo-se em conta que ambas as teorias tomam como base as relações desenvolvidas na Câmara Federal, verifico em que medida as relações desenvolvidas nessa esfera têm correspondência no âmbito estadual. Desse modo, no campo das relações partidárias, também observo se há algum fator presente nessa esfera que influencie as capacidades do partido de orientar as decisões de seus representantes. Suponho que no Estado, para os partidos com representação significativa na Assembleia, a predominância de um tipo de base eleitoral no interior de uma agremiação representaria um peso sobre as decisões da cúpula partidária. Ou seja, as necessidades dos parlamentares poderiam exercer influência sobre os direcionamentos do partido.

Com o objetivo de verificar uma possível correlação entre o perfil da base eleitoral dos deputados estaduais e seu apoio ao Executivo cearense, lanço mão da Geografia do voto²¹ como ferramenta metodológica. Apresento, portanto, no decorrer desta sessão, uma descrição do perfil da base eleitoral dos parlamentares da 27ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Ceará, obtida a partir do trabalho de Vieira (2011)²². A abordagem utilizada tem como referência o trabalho de Nelson Carvalho (2003), com base na tipologia de distribuição espacial do voto desenvolvida por Barry Ames. Este autor elaborou quatro combinações a partir das variáveis concentração/dispersão/dominância/não-dominância. No trabalho de Vieira (2011) também é considerado o corte capital/interior.

A hipótese subjacente é de que essa correlação poderia existir a partir de uma tendência clientelista oriunda de parlamentares com base eleitoral territorial dominante, devido à necessidade destes de encaminhar recursos a seus redutos para garantirem sua sobrevivência política. O deputado se vê obrigado a atender dois tipos de clientelas: de um lado, grande parte do eleitorado e lideranças locais através de demandas de natureza particularista; e de outro, lideranças políticas, como prefeitos e vereadores, através da cobrança por recursos e obras públicas para o próprio município. A aproximação dos deputados ao Governo favoreceria a obtenção dos meios materiais para o atendimento dessas demandas e ainda teria grande importância simbólica ao demonstrar prestígio e força política junto às outras esferas de poder.

De acordo com os estudos de Barry Ames e Nelson Carvalho, outros fatores, além do grau de concentração e de dominância, estão relacionados a diferentes tendências de comportamento entre os parlamentares: As condições socioeconômicas e a origem dos votos (capital ou interior). CARVALHO (2003) observa descontinuidades entre os indicadores socioeconômicos das regiões urbanas e rurais, gerando em cada uma delas “culturas políticas distintas, com preferências coletivas antagônicas” (p.124). Para o autor,

A atividade política nas áreas rurais e urbanas do país estaria, então, associada [respectivamente] a dois universos de valores distintos, um primeiro com ênfase nas dimensões particularistas, adscritas e sagradas da

²¹ “A Geografia do voto é a averiguação da distribuição espacial de votos que um candidato obteve em um dado período eleitoral” (VIEIRA, 2011, p.50)

²² A autora verificou os distintos padrões de extração de votos existentes na Casa. O perfil das bases eleitorais desses deputados é definido de acordo com as tipologias propostas por Ames, acrescentando para cada uma delas o corte capital/interior.

vida social, e um segundo caracterizado por orientações universalistas, adquiridas e seculares (p.125).

[...]

Deputados eleitos com base nas capitais “darão ênfase à tomada de posição, nos termos de Mayhew - seja por pronunciamentos, projetos de lei e da ação legislativa de uma maneira mais geral; tenderão a pautar a conduta legislativa por uma orientação de caráter mais universalista. Os deputados provenientes do interior, ao contrário, tenderão a centrar seus esforços na direção de obtenção de recursos desagregados para suas respectivas localidades, atividades passíveis de ‘reivindicação de crédito’. Tenderão ainda a pautar sua ação pela lógica do particularismo, com pouca ênfase na tematização ideológica” (p.126).

Outra observação é a de que,

Colégios eleitorais de grande dimensão, como as capitais dos estados, gerariam desincentivos para a lógica do particularismo legislativo, menos pelas características socioeconômicas dessas áreas e mais pela impossibilidade de reivindicação do crédito por benefícios desagregados em distritos de grande dimensão (CARVALHO, 2003, p.123).

As categorias utilizadas para se verificar o perfil da base eleitoral dos parlamentares da 27ª Legislatura da ALCE foram: concentrado dominante; concentrado partilhado; disperso dominante; disperso partilhado. Segundo Carvalho (2003), o comportamento parlamentar varia de acordo com esses padrões:

- a) Base concentrada e dominante: “seriam esses os representantes a se moverem pela lógica do particularismo, a perseguirem políticas com custos difusos e benefícios concentrados” (p.104);
- b) Base eleitoral fragmentada dominante: “produz igualmente incentivos no sentido da perseguição de políticas distributivistas” (p.105);
- c) Base eleitoral concentrada não dominante (partilhada):

Trata-se dos deputados das capitais e dos grandes centros urbanos. Via de regra são representantes que se reportam a setores de opinião difusos nesses grandes municípios e estariam mais voltados a tomadas de posição em relação a temas do que a perseguição de benefícios particularizados (p. 106).

- d) Base eleitoral fragmentada não dominante (partilhada):

Esses deputados têm por referência segmentos de opinião que ultrapassam as fronteiras de um ou de alguns poucos municípios – como minorias étnicas, trabalhadores rurais e segmentos religiosos-, ora se constituem em nomes largamente difundidos no estado em razão de perfis de carreira; em nenhum dos casos pode-se identificar nesse grupo a ênfase na obtenção de recursos particularizados como vetor primário de sua ação política (p.106).

Os dados em cada categoria foram apresentados de acordo com a representação geral dos números de parlamentares da ALCE (considerados no levantamento realizado na pesquisa), e também segundo a origem dessas bases, no interior ou na capital e

região metropolitana de Fortaleza (RMF). Foram utilizados na pesquisa os dados de 48 deputados estaduais²³, dos quais 43 conquistaram cadeiras diretamente através dos votos obtidos nas eleições e outros 05 a partir do cargo de suplente, somando ao todo 11 legendas com representação na Casa. Nestes dados, somente são considerados os partidos pelos quais os deputados foram eleitos.

Na Tabela 12 podemos visualizar a distribuição dos parlamentares na Assembleia Legislativa, por partido:

Tabela 12 - Distribuição das cadeiras parlamentares na Assembleia Legislativa do Ceará, por partido (2006).

Partido	PSDB	PSB	PMDB	PT	PDT	PSL	PC do B	PV	PSDC	PHS	DEM	PAN
Dep. Inclusos	16	8	8	4	2	2	2	2	2	1	1	-
Dep. Eleitos	15	8	7	3	2	2	1	2	2	2	1	1

Fonte: TRE-CE e Vieira (2011)

Nota: a célula superior indica a distribuição das cadeiras parlamentares de acordo com os dados dos deputados inclusos na pesquisa, a célula inferior indica a distribuição de acordo com os deputados eleitos em 2006.

Como podemos perceber a maior bancada individual é formada pelo PSDB, com 15 deputados. No entanto, PSB, PMDB e PT formaram um bloco parlamentar, passando a representar a maior bancada da Casa com o total de 18 parlamentares.

Do total dos parlamentares pesquisados, observamos na Tabela 13 que mais da metade dos parlamentares que compõem a 27ª Legislatura da ALCE apresentam base eleitoral dominante. Ou seja, de acordo com os teóricos distributivistas, 75% dos parlamentares apresentam tendências ao comportamento clientelista e à produção de políticas particularistas²⁴.

Tabela 13 - Perfil da 27ª Legislatura (2007-2010) de acordo com os padrões de dominância

Base eleitoral	Valores relativos	Valores absolutos*
Dominante	75%	36
Partilhada	25%	12

²³ Em 2006, foram eleitos 46 parlamentares para a Assembleia Legislativa do Ceará, totalizando 12 legendas com representação na Casa.

²⁴ Políticas voltadas para os interesses locais, para o atendimento de clientela claramente identificadas pelos contornos geográficos dos redutos eleitorais. Em alguns casos podem ser políticas caracterizadas por terem custos difusos e benefícios concentrados. Também podem incluir “Entre os benefícios particularizados, em relação aos quais o legislador reivindica crédito [...] aqueles benefícios produzidos pelo o que a literatura norte-americana designa de serviços de despachante (*casework*) [...] Sobre a rubrica de *casework* estão os milhares de favores que os gabinete do legislativo prestam e que normalmente não requerem ação legislativa. Estudantes secundaristas demandam materiais para ensaio, soldados pedem licenças especiais, pensionistas requerem localização de cheques perdidos, governos locais demandam informações e assim por diante” (Mayhew, 1974, p.54 apud Carvalho, 2003, p. 152)”.

Total	100%	48
-------	------	----

Fonte: elaboração própria a partir dos dados de Vieira (2011).

Nota: * valores em nº de deputados

Na Tabela 14 é possível perceber que a maior parte dos parlamentares concentra seus votos no interior do Estado do Ceará, dados que, de acordo com a corrente anterior, contribuem para o predomínio de um perfil clientelista entre os parlamentares da Casa.

Tabela 14 - Perfil base eleitoral da 27ª legislatura por origem dos votos

	Valores relativos	Valores absolutos*
Capital	18,75%	9
Interior	81,25%	39
total:	100%	48

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Vieira (2011).

Nota: *número de candidatos.

Para uma demonstração mais detalhada da distribuição dos tipos de base eleitoral na ALCE, podemos observar a Tabela 15.

Tabela 15 - Perfil da base eleitoral da 27ª Legislatura (2007-2010) da Assembleia Legislativa do Ceará

Base Eleitoral	Valores relativos			Valores absolutos*		
	Geral	Interior	Capital e RMF	Geral	Interior	Capital e RMF
Concentrado/ Dominante	54,17%	50%	4,17%	26	24	2
Concentrado/ Partilhado	18,75%	8,33%	10,42%	9	4	5
Disperso/ Dominante	20,83%	20,83%	-	10	10	-
Disperso/ Partilhado	6,25%	2,08%	4,17%	3	2	1
Total	100%	81,24%	18,76%	48	40	8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de VIEIRA (2011)

Nota: * valores em nº de deputados

De acordo com os dados da tabela acima, verificamos a predominância da base eleitoral do tipo concentrado/dominante, perfil correspondente a mais da metade dos parlamentares. Na sequência, apresentam maior predomínio entre as bases eleitorais as de tipo disperso dominante e concentrada partilhada, que respondem por 20,83% e 18,75, respectivamente; e por último, com pouca representação na Casa, o tipo disperso partilhado, responsável por apenas 6,25% dos casos pesquisados.

Para uma análise sobre os tipos de bases eleitorais observadas no interior dos partidos, verificamos os dados da Tabela 16, da Tabela 17 e da Tabela 18.

Tabela 16 - perfil da base eleitoral da 27ª legislatura (2007-2010), por origem e por partido.

Partidos	C/D			C/P			D/D	D/P		
	Geral	Interior	RMF	Geral	Interior	RMF	Interior	Geral	Interior	RMF
PSDB	68,75% (11)	62,5% (10)	6,25% (1)	-	-	-	31,25% (5)	-	-	-
PSB	62,5% (5)	62,5% (5)	-	-	-	-	37,5% (3)	-	-	-
PMDB	50% (4)	37,5% (3)	12,5% (1)	25% (2)	12,5% (1)	12,5% (1)	25% (2)	-	-	-
PT	50% (2)	50% (2)	-	25% (1)	-	25% (1)	-	25% (1)	-	25% (1)
PDT	-	-	-	100% (2)	50% (1)	50% (1)	-	-	-	-
PSL	100% (2)	100% (2)	-	-	-	-	-	-	-	-
PSDC	-	-	-	50% (1)	50% (1)	-	-	50% (1)	-	50% (1)
PV	50% (1)	50% (1)	-	50% (1)	-	50% (1)	-	-	-	-
PC do B	50% (1)	50% (1)	-	50% (1)	50% (1)	-	-	-	-	-
PHS	-	-	-	-	-	-	-	100% (1)	-	100% (1)
DEM	-	-	-	100% (1)	100% (1)	-	-	-	-	-

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Vieira (2011)

Nota: n° de candidatos entre parênteses.

Legenda: C/D= Concentrado dominante; C/P= concentrado partilhado; D/D= disperso dominante; D/P= disperso partilhado. A sigla RMF é referente aos dados da capital e Região Metropolitana de Fortaleza.

Tabela 17 - Perfil da 27ª Legislatura (2007-2010) de acordo com os padrões de dominância por partido

Partidos	Dominante	Partilhado	Total
PSDB	100% (16)	-	100% (16)
PSB	100% (8)	-	100% (8)
PMDB	75% (6)	25% (2)	100% (8)
PT	50% (2)	50% (2)	100% (4)
PDT	-	100%(2)	100%(2)
PSL	100%(2)	-	100%(2)
PSDC	-	100%(2)	100%(2)
PV	50% (1)	50% (1)	100%(2)
PC do B	50% (1)	50% (1)	100%(2)
PHS	-	100% (1)	100% (1)
DEM	-	100% (1)	100% (1)

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Vieira (2011).

Nota: número de candidatos entre parênteses.

Tabela 18 - Perfil base eleitoral da 27ª legislatura por origem dos votos.

Partidos	Capital	Interior	Total
PSDB	(1) 6,25%	(15) 93,75%	(16) 100%
PSB	-	(8) 100%	(8) 100%
PMDB	(2) 25%	(6) 75%	(8) 100%
PT	(1) 25%	(3) 75%	(4) 100%
PDT	(1) 50%	(1) 50%	(2) 100%
PSL	-	(2) 100%	(2) 100%
PSDC	(1) 50%	(1) 50%	(2) 100%
PV	(1) 50%	(1) 50%	(2) 100%
PC do B	-	(2) 100%	(2) 100%
PHS	(1) 100%	-	(1) 100%
DEM	(1) 100%	-	(1) 100%

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Vieira (2011).

Nota: número de candidatos entre parênteses.

Dos partidos que fizeram oposição a Cid Gomes nas eleições de 2006, o PSDB se destaca entre os partidos com maior número de representantes na Assembleia Legislativa. Segundo os dados abaixo apresentados, dos 16 parlamentares tucanos incluídos na pesquisa, 100% têm base dominante. Somente um deles, apenas 6,25% desses deputados, tem base na capital enquanto os outros 93,75%, ou seja, quase a

totalidade deles é oriunda do interior do Estado. Outro dado se mostra interessante. Comparando com os dados do PT e PMDB - partidos que formam o bloco parlamentar com o PSB - percebemos que a base do partido do governador se aproxima mais do perfil da base tucana do que dos partidos do seu próprio bloco. O PSB, assim como o PSDB, detém uma base 100% dominante e com predomínio no interior do Estado. O PMDB ocupa uma posição intermediária, pois apresenta $\frac{3}{4}$ de sua base com perfil dominante e no interior. Assim, o partido assegura proximidade com o PT - ao obedecer as mesmas proporções na distribuição por origem e não se distanciar tanto do perfil de dominância; e também com o PSB e PSDB, tendo em vista que, assim como estes, mais da metade de suas bases são dominantes e interioranas.

Esses dados, apesar de não serem conclusivos, podem sugerir algumas das motivações para a aproximação e manutenção do PSDB na coalizão governista após o fracasso nas eleições. Haveria, por um lado, uma propensão ao alinhamento político com o governo decorrente do predomínio do tipo de base dominante e interiorana. Ou seja, o perfil majoritário da bancada tucana aponta para a necessidade desses políticos - como meio de garantir sua sobrevivência política - de se aproximar dos centros de poder para direcionar recursos e obras públicas para seus redutos eleitorais, que são obtidos por meio da influência do parlamentar com essas esferas. Por outro lado, as semelhanças do PSDB com as bases eleitorais dos principais partidos da coalizão governista - como o PMDB e, de forma mais enfática, o PSB - também poderiam indicar afinidades com as linhas de ação desses partidos, aumentando as chances para uma concordância programática com a base do governo, e, portanto, tornar menos conflitante sua permanência na base.

Conforme os dados da Tabela 15, apenas 25% da 27ª legislatura não apresentam base dominante, não sendo, portanto, interesses de cunho particularistas a motivarem uma aproximação ao governo. No entanto, todas as legendas que apresentam parlamentares com base partilhada - PMDB, PT, PV, PC do B, PHS, DEM, PSDC, PDT - fazem parte da base do governo (Tabela 17). Vale ressaltar que, exceto PDT, DEM e o PSDC, não fizeram parte da coligação pela qual o governador foi eleito. Para esses casos, assim como no PSDB, o transcurso da oposição para a coalizão governista ocorreu no período de formação do novo governo. Entretanto, não podemos inferir do perfil dessas bases as mesmas motivações que levaram a bancada tucana à adesão. No

caso do PDT, a aliança do partido com o governo federal contribuiu para sua aproximação com o Governo do Estado; nos outros dois casos fica em aberto a questão.

Foram poucos os casos de manifestações contrárias às orientações da liderança partidária na 27ª legislatura. Heitor Férrer, diferentemente de seu partido, posicionou-se como independente ao governo, votando contrário pontualmente. Ely Aguiar, embora não tenha manifestado posição de independência ou oposição, ameaçou em algumas matérias seguir direção contrária. Nesses dois casos temos deputados de base concentrada e partilhada, cujo apoio ao governo se mostrou por vezes instável. Isso fortalece a ideia de que a participação de seus partidos na base de sustentação do governador não é motivada pelas necessidades eleitorais oriunda do perfil desses parlamentares- cujos dividendos eleitorais são obtidos em maior parte pela tomada de posição em relação a temas e a propostas legislativas de natureza universalista (CARVALHO, 2003). O posicionamento oposicionista de Adahil Barreto, deputado de base dispersa dominante, pode ter relação com o racha ocorrido dentro do PSDB logo após as eleições de 2006, que forçou sua saída para o PR.

De acordo com a teoria partidária, a centralização das decisões no Congresso e os poderes de agenda do Executivo - a exemplo do poder de veto do chefe do executivo, da iniciativa orçamentária exclusiva pelo Executivo e da escolha da pauta pela mesa diretora e lideranças partidárias - impedem a penetração das tendências distributivistas oriundas da arena eleitoral na arena legislativa. No entanto, na Assembleia Legislativa do Ceará, com apenas 46 deputados, não sofremos as mesmas dificuldades que a Câmara Federal para a coordenação das bancadas partidárias. Há no estado, uma maior proximidade dos deputados estaduais com suas bases eleitorais, que correspondem nessa 27ª Legislatura a um perfil com 75% de dominância e 81,25% de votos advindos do interior. Com isso, podemos inferir que há uma maior pressão das bases sobre os deputados estaduais, havendo no Estado uma maior repercussão dessas pressões sobre as escolhas desses partidos. A participação no governo motivada por interesses distributivistas não implica que os parlamentares obterão aprovação para o direcionamento de recursos desagregados para suas bases, via emendas orçamentárias. Embora tenham espaço reduzido nesse campo, há outros canais que possibilitam o encaminhamento desses recursos. Além da aprovação de emendas, o benefício pode se dar através da inclusão da localidade em algum programa do governo, como também

por uma rede de influências e recursos concedidos ao partido através do controle de alguma Secretaria.

4.3.1 Perfil dos Deputados Estaduais da 27ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Ceará (2007-2010)

Quadro 5 - Perfil dos deputados com Base Concentrada dominante – interior (continua)

PSDB			
Deputado	Cirilo Pimenta	Gony Arruda	João Jaime
Votos obtidos	48.744	49.214	46.711
Base Eleitoral	Quixeramobim, Quixadá, Banabuiú, Senador Pompeu, Pedra Branca, Boa Viagem, Monsenhor Tabosa	Granja, Camocim, Barroquinha, Jijica, Cruz, Bela Cruz, Martinópolis, Senador Sá, Uruoca, Moraújo, Coreaú, Tianguá, Cariré, Pacujá e Croatá.	Jijoca, Acaraú, Itarema, Paraipaba, Pentecoste, Paramoti, Tejuçuoca, Itapajé, Miraíma Apuiarés, Caridade, Ipaumirim, Fortaleza General Sampaio.
Mandatos	3º mandato	3º mandato	2º mandato
Tradição	Sim	Sim	sim
Posição ideológica	Centro	centro-direita	Social-democrata
Obs.:	Prefeito de Quixeramobim por dois mandatos. Ex-presidente estadual do PSDB. Chefe de Gabinete da SEGOV durante o governo Lúcio Alcântara.	Foi 1º Secretário da ALCE na 26ª Legislatura; 1º vice-presidente da Casa na 27ª Legislatura. Seu pai, Esmerino Arruda, foi prefeito de Granja (1989-92) e Dep. Federal por três mandatos (década de 50 e 60); sua mãe, Carmem Arruda, foi prefeita de Granja entre 1997 e 2004; e seu tio, Vicente Arruda, é Dep. federal.	Líder da bancada tucana na ALCE desde 2005. Foi chefe de gabinete no Governo Tasso. A família tem tradição política em Acaraú. Foi presidente da Câmara Municipal na década de 80; É neto e sobrinho de ex-prefeitos.
Deputado	José Ilo	Júlio César	Moésio Loiola
Votos obtidos	49.876	43.657	60.012
Base Eleitoral	Acopiara, Cariús, Iguatu, Jardim, Jucás, Orós e Quixelô	Maracanaú, Fortaleza, Guaiúba, Ocara, Pacatuba, Uruburetama.	Viçosa do Ceará, Campos Sales, Forquilha, Fortaleza, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ibicuitinga,
Mandatos	1º mandato	2º mandato	6º mandato
Tradição	Sim	Sim	sim
Posição ideológica	Não tem.	social-democrata	centro

Perfil dos deputados com Base Concentrada dominante – interior (Continuação)

Obs.:	Líder político na Região Centro-sul. Sua família mantém controle político de Quixelô, onde foi prefeito por 03 mandatos. Renunciou ao 4º por denúncias de desvio de verbas. Conseguiu, entretanto, indicar sua sobrinha para assumir o cargo. É pai do prefeito de Iguatu.	Foi prefeito de Maracanaú por três mandatos (o 1º entre 1989-92). Sua família manteve o controle político do município por 02 décadas até perderam para Roberto Pessoa, em 2004. Sua esposa, Meyre Costa, foi eleita Dep. Estadual em 2002 até o retorno do marido.	Foi líder do governo na gestão de Tasso e líder do PSDB nos primeiros anos do governo Lúcio Alcântara. Tem ampla base de apoio entre prefeitos do interior do Ceará.
PSDB			
Deputado	Neném Coelho	Professor Teodoro	Rogério Aguiar
Votos obtidos	41.824	40.791	43.082
Base Eleitoral	Crateús, independência, Novo Oriente e Quiterianópolis.	Sobral, Reriutaba, Caucaia, Fortaleza e Varjota.	Marco, Groaíras, Cruz, Alcântaras, Amontada, Apuiarés, Uruburetama, Senador Sá, Bela Cruz, Fortaleza, Morrinhos, Santa Quitéria, Itarema, Mirafima, Santana do Acaraú.
Mandatos	1º mandato	1º mandato	4º
Tradição	Sim	Não	Sim
Posição ideológica	Direita	Centro-esquerda	Centro
Obs.:	Foi prefeito de Novo Oriente por 08 anos até 2004. Rodrigo Coelho, seu pai, também foi prefeito da cidade.	Foi Reitor da Universidade Regional do Cariri (URCA) por quatro anos e da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA) por 16 anos.	Foi vereador, Prefeito, Vice-Prefeito e elegeu dois primos e um irmão prefeito. Sua irmã, Silene Aguiar, foi deputada estadual na déc. de 1980, antes de abrir espaço para ele na ALCE. A família domina há décadas o município de Marco.
Deputado	Tomás Filho		
Votos obtidos	42.264		
Base Eleitoral	Santa Quitéria, Camocim, Canindé, Carnaubal, Fortaleza, Frecheirinha, Hidrolândia, Ibiapina, Sobral, Tamboril, Tianguá, Ubajara, Varjota.		
Mandatos	1º		
Tradição	Sim		
Posição ideológica	Social-democrata		
Obs.:	Integra uma tradicional familiar da política de Santa Quitéria. É filho do prefeito do Município, Tomás Figueiredo, e da ex-deputada estadual Cândida Figueiredo. Representa a terceira geração da família na ALCE, já que o avô, Francisco Figueiredo, também foi deputado.		
PMDB			

Perfil dos deputados com Base Concentrada dominante – interior (Continuação)

Deputado	Domingos Filho	Manoel de Castro	Neto Nunes
Votos obtidos	65.730	30.032	41.055
Base Eleitoral	Tauá, Aiuaba, Barro, Ararendá, Parambú, Boa Viagem, Crateús, Jaguaruana, Novo Oriente, Quiterianópolis Pedra Branca, Independência, e Tabuleiro do Norte.	Morada Nova, Limoeiro do Norte	Aurora, Baixio, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Orós e Pereiro.
Mandatos	4º mandato	Assumiu como suplente	1º mandato
Tradição	Sim	Sim	Sim
Posição ideológica	Centro-esquerda	Centro	Centro
Obs.:	Foi eleito presidente da ALCE nesta legislatura com o apoio do governador Cid Gomes. Exerce cargos na Mesa Diretora desde que foi eleito pela primeira vez. Ele é a quinta geração da família a ocupar cargo na ALCE.	2º suplente da aliança PMDB-PSB-PT-PP. assumiu o mandato após de três parlamentares para assumir Secretaria de Estado. É herdeiro de uma tradicional família política de Morada Nova. É neto de Manoel de Castro Filho, que foi vice-governador de Virgílio Távora, chegando a assumir quando este renunciou para assumir o senado.	Foi prefeito de Icó por dois mandatos (1997-2004) e de família tradicional no município. Seu pai, Oriel Nunes, foi vereador e prefeito de Icó (1989-1992). O irmão é vereador há 3 mandatos.
PSB			
Deputado	Antônio Granja	Ivo Gomes	Sérgio Aguiar
Votos obtidos	46.259	73.096	
Base Eleitoral	Alto Santo, Itapipoca, Jaguaretama, Milhã, Jaguaribara, Jaguaribe, Quixeré, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe.	Sobral, Coreaú, Forquilha, Fortaleza, Frecheirinha, Reriutaba, Ubajara, Varjota.	Camocim, Barroquinha, Bela Cruz, Chaval, Ipu, Cruz, Granja, Uruoca, São Benedito.
Mandatos	3º mandato	2º mandato	1º mandato
Tradição	Sim	Sim	Sim
Posição ideológica	Centro-esquerda	Esquerda	Centro-esquerda
Obs.:	É um dos líderes políticos mais influentes do Vale do Jaguaribe. Sua esposa é prefeita de Jaguaribe, onde também assumiu por entre 1993-1996. Seu pai, Ananias Granja também assumiu por 02 vezes na década de 1970.	Licenciou-se para exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Governador Cid Gomes, seu irmão. É o responsável por comandar a articulação política do governo. É o segundo homem forte da administração, atrás apenas do próprio governador.	Prefeito de Camocim por dois mandatos (1997-2004). Seu pai, ex- Dep. Estadual Fco. Aguiar exerceu 05 mandatos na ALCE e chegou a ser presidente. Sua família comandou a prefeitura da cidade por 12 mandatos não consecutivos, com início em 1947.

Perfil dos deputados com Base Concentrada dominante – interior (Continuação)

Deputado	Sineval Roque	Wellington Landim
Votos obtidos	41.111	57.961
Base Eleitoral	Antonina do Norte, Assaré, Barbalha, Crato, Barro, Campos Sales, Tarrafas, Nova Olinda, Juazeiro do Norte.	Brejo Santo, Araripe, Assaré, Caririáçu, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Penaforte e Porteiras.
Mandatos	3º mandato	3º mandato
Tradição	Sim	Sim
Posição ideológica	Centro-esquerda	Social-Democrata
Obs.:	É o principal líder político de Antonina do Norte, onde foi prefeito e seu irmão o atual administrador. Seus dois primeiros mandatos na ALCE foi pelo PSDB, tendo dele migrado por falta de espaço político.	Foi duas vezes presidente da ALCE, de onde se afastou para disputar em 2002, sem sucesso, o cargo de governador. Nesse intervalo fora da ALCE, sua esposa Gislaine Landim assumiu o cargo de Dep. Estadual, até o retorno do marido. Rompeu com o PSDB em 2001, rachando com o então governador Tasso Jereissati. Domina politicamente Brejo Santo, estendendo sua influência por quase toda região do Cariri.
PT		
Deputado	Dedé Teixeira	Raquel Marques
Votos obtidos	26.891	
Base Eleitoral	Icapuí, Aracati, Beberibe, Fortaleza, Acopiara, Tabuleiro do Norte, Canindé e Limoeiro do Norte.	Quixadá, Banabuiú, Capistrano, Choró, Fortaleza, Ibaretama, Ibicuitinga, Itapiúna, Madalena, Ocara, Quixadá e Senador Pompeu.
Mandatos	Assumiu como suplente	2º mandato
Tradição	Sim	Sim
Posição ideológica	Esquerda	Esquerda
Obs.:	Assumiu o cargo após a licença de três parlamentares eleitos pela coligação ocuparem cargos de Secretários no governo do Estado. Foi prefeito de Icapuí em três mandatos.	Assumiu o primeiro mandato na Assembléia como suplente. Esposa do prefeito de Quixadá, Ilário Marques (PT). Iniciou a vida pública como Secretária do Trabalho e Ação Social durante gestão do marido, em Quixadá. Em 2001, quando o esposo retornou à prefeitura, foi Secretária de Saúde e Assistente Social.
PSL		
Deputado	Hermínio Resende	Perboyre Diógenes
Votos obtidos	34.815	34.565
Base Eleitoral	Crateús, Monsenhor Tabosa, Maracanaú, Fortaleza.	Saboeiro, Acopiara, Aiuaba, Assaré, Antonina do Norte, Cariús, Carnaubal, Catarina, Iguatu, jucás, Salitre e Tarrafas.
Mandatos	1º mandato	1º mandato

Perfil dos deputados com Base Concentrada dominante – interior (conclusão)

Tradição		Sim
Posição ideológica	Centro-esquerda	Centro
Obs.:	Foi vice-prefeito de Maracanaú entre 1997-2004. É membro da igreja evangélica Inverno da Vida. Foi diretor da Delegacia Regional de Saúde de Crateús em 1982. Em 1994, inaugurou o Hospital de Oftalmologia de Crateús. É filho de Raimundo Soares Resende, prefeito de Crateús por dois mandatos.	Tem domínio político o município de Saboeiro, no Sertão de Inhamuns desde a década de 90, onde foi eleito por três mandatos (1992, 2000 e 2004). Tem passagem pelo PDT, PSD e PTB.
PV		
Deputado	Edísio Pacheco	
Votos obtidos	21.083	
Base Eleitoral	Itapipoca	
Mandatos	1º mandato	
Tradição	Não	
Posição ideológica	Centro	
Obs.:	Foi vereador de Itapipoca por três mandatos – dois pelo PDT e um pelo PSDB. Foi vice-prefeito deste município em 2004 e nos anos de 2001 e 2002 Secretário de Cultura, Turismo e Desporto.	
PC do B		
Deputado	João Ananias	
Votos obtidos	24.703	
Base Eleitoral	Santana do Acaraú, Fortaleza, Caucaia, Jucás, Miraíma, Morrinhos e Parcurú.	
Mandatos	2º mandato	
Tradição	Não	
Posição ideológica	Marxista-Leninista	
Obs.:	Retornou à ALCE após 10 anos afastado. Foi licenciado para assumir a Secretaria de Saúde do Estado. Líder político que comanda o Santana do Acaraú desde a década de 1980, município onde foi prefeito 1989-1992 e 2000-2004. No intervalo das duas gestões, foi deputado estadual entre 1995-1996. No PC do B desde 2003, fez história política no PSB. Deixou o partido com relações estremecidas com Sérgio Novais após as eleições de 2002.	

Fonte: Anuário do Ceará (2007-2008), edição O Povo; Revista Plenário, ano V, 15ª edição, Ed. ALCE; Vieira (2011).

Quadro 6 - Perfil dos deputados com Base Concentrada dominante – Capital e RMF

PSDB	
Deputado	Fernando Hugo
Votos obtidos	44.937
Base Eleitoral	Fortaleza, Eusébio, Aquiraz, Itaitinga, Ibareta, Capistrano, Tabuleiro do Norte e Jaguaruana.
Mandatos	5º mandato
Tradição	Não
Posição ideológica	Social-Democrata
Obs.:	Tem os votos concentrados em sua principal base eleitora, o bairro Messejana.
PMDB	
Deputado	Lívia Arruda
Votos obtidos	58.006
Base Eleitoral	Caucaia, Fortaleza, Ibareta, Jaguaruana, Maracanaú, Mucambo, Paraipaba, Pentecoste, Porteiras e Umirim.
Mandatos	1º mandato
Tradição	Sim
Posição ideológica	Centro
Obs.:	Com 22 anos, é a deputada mais jovem desta legislatura. Dá continuidade a linhagem política do município de Caucaia. É filha do Deputado Federal José Gerardo Arruda, ex-prefeito do município – e da atual prefeita Inês Arruda. Toda a sua campanha foi atrelada a do pai.

Fonte: Anuário do Ceará (2007-2008), edição O Povo; Revista Plenário, ano V, 15ª edição, Ed. ALCE; Vieira (2011).

Quadro 7 - Perfil dos deputados com Base Concentrada partilhada – interior (continua)

PMDB	
Deputado	Ana Paula Cruz
Votos obtidos	30.793
Base Eleitoral	Juazeiro do Norte, Barbalha, Farias Brito, Caririaçu, Potengi, Cariús.
Mandatos	Assumi como 1ª suplente da coligação PSB-PMDB-PT-PP
Tradição	Sim
Posição ideológica	Centro-esquerda
Obs.:	Pertence a uma tradicional família política do Cariri. Iniciou sua carreira política como Secretária da Ação Social de Juazeiro do Norte na gestão do seu pai, o ex-prefeito Carlos Cruz; Seu avô, José Geraldo Cruz, também foi prefeito, por cinco mandatos. É ligada ao grupo do ex-governador Adauto Bezerra e é aliada do dep. Estadual Wellington Landim (PSB) e do Dep. Federal Eunício Oliveira (PMDB).
PDT	
Deputado	Ferreira Aragão
Votos obtidos	37.558
Base Eleitoral	Sobral, Forquilha, nMaracanaú, Caucaia e Fortaleza.
Mandatos	1º mandato
Tradição	Não
Posição ideológica	Centro-esquerda
Obs.:	Um dos parlamentares a reforçar a bancada dos radialistas na ALCE. Ingressou na política em 2004 como vereador de Fortaleza impulsionado pela popularidade adquirida nos programas de televisão. Foi vice-líder da prefeita Luizianne Lins durante os dois anos que atuou na CMF.
PC do B	
Deputado	Lula Moraes
Votos obtidos	19.397
Base Eleitoral	Madalena e Fortaleza
Mandatos	Assumi como suplente
Tradição	Não
Posição ideológica	Comunista
Obs.:	Vereador em Fortaleza desde 2001, enunciou ao mandato na Câmara municipal de Fortaleza no início de 2007 para exercer mandato como suplente na ALCE. Ocupou o cargo de João Ananias, que licenciou-se para exercer o cargo de Secretário de Saúde do Estado. Iniciou a trajetória política no movimento sindical. Foi vice-presidente da CUT – Central Única dos Trabalhadores em três mandatos.

Perfil dos deputados com Base Concentrada partilhada – interior (conclusão)

PSDC	
Deputado	Ely Aguiar
Votos obtidos	27.864
Base Eleitoral	Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte e Fortaleza.
Mandatos	1º mandato
Tradição	Não
Posição ideológica	Centro
Obs.:	Ganhou notoriedade em programas policiais. Foi candidato para vereador em Fortaleza em 1992 e 2004.

Fonte: Anuário do Ceará (2007-2008), edição O Povo; Revista Plenário, ano V, 15ª edição, Ed. ALCE; Vieira (2011).

Quadro 8 - Perfil dos deputados com Base Concentrada partilhada – Capital e RMF (continua)

PMDB	
Deputado	Ronaldo Martins
Votos obtidos	41.466
Base Eleitoral	Pulverizada nos municípios em que a Igreja Universal tem atuação, principalmente Fortaleza, Caucaia e Maracanaú.
Mandatos	2º mandato
Tradição	Sim
Posição ideológica	Centro
Obs.:	É pastor e candidato oficial da Igreja Universal do Reino de Deus. Ganhou notoriedade com a participação em programas de rádio voltados para o público evangélico.
PDT	
Deputado	Heitor Férrer
Votos obtidos	43.998
Base Eleitoral	Fortaleza. Também tem votos em Aracoiaba, Jaguaratama e Lavras da Mangabeira.
Mandatos	2º
Tradição	Não
Posição ideológica	Esquerda
Obs.:	Durante seu primeiro mandato, foi oposição a Lúcio Alcântara. Posicionou-se como independente em relação ao Governo Cid, opondo-se ao governador em algumas matérias.

Perfil dos deputados com Base Concentrada partilhada – Capital e RMF (conclusão)

PT	
Deputado	Artur Bruno
Votos obtidos	61.996
Base Eleitoral	Fortaleza e RMF.
Mandatos	4º mandato
Tradição	Não
Posição ideológica	Esquerda
Obs.:	É o deputado há mais tempo na ALCE. Licenciou-se durante o primeiro semestre deste mandato para assumir a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado. No entanto, por pressão da base eleitoral (profissionais e servidores da área de educação), renunciou à pasta para retomar os trabalhos na Casa. Foi o deputado estadual com maior votação em Fortaleza.
PV	
Deputado	Augustinho Moreira
Votos obtidos	21.083
Base Eleitoral	Fortaleza, com concentração nas regiões do Pirambu e Barra do Ceará.
Mandatos	1º mandato
Tradição	Sim
Posição ideológica	Centro
Obs.:	Vereador por dois mandatos em Fortaleza, pelo PPB e PSDB. Na ALCE, herdou a vaga que era da irmã Leda Moreira (PSL). Entre 2005 e 2006 foi vice-líder da prefeita Luizianne Lins na Câmara, posição que acelerou sua saída do PSDB. É filho de Augusto Moreira, que foi presidente da Câmara Municipal nos anos 1970 e que morreu em 1999, quando exercia mandato de vereador.
DEM	
Deputado	Edson Silva
Votos obtidos	43.464
Base Eleitoral	Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Maracanaú e São Gonçalo do Amarante.
Mandatos	2º mandato
Tradição	Sim
Posição ideológica	Centro-esquerda
Obs.:	Voltou a ocupar cargo eletivo após oito anos. Foi deputado estadual no fim da década de 1980 e dep. Federal no início dos anos 90. Após um período de ostracismo político, aproximou-se do ex-Dep. Federal Moroni Torgan e como apresentador de um programa policial na TV ganhou projeção. Foi o único parlamentar eleito pelo PFL (hoje, DEM). Durante o mandato migrou para o PSB

Fonte: Anuário do Ceará (2007-2008), edição O Povo; Revista Plenário, ano V, 15ª edição, Ed. ALCE; Vieira (2011).

Quadro 9 - Perfil dos deputados com Base Dispersa Dominante – interior (continua)

PSDB			
Deputado	Adahil Barreto	Marcos Cals	Teo Menezes
Votos obtidos	41.920	104.350	40.371
Base Eleitoral	Amontada, Aratuba, Baturité, Graça, Icó, Milagres, Orós, Pacoti, Porteiras, Solonópole e Tamboril.	Aracoiaba, Boa Viagem, Cedro, Fortaleza, Granjeiro, Horizonte, Ipu, Mombaça, Poranga e Saboeiro.	Pacajus, Alcântaras, Aquiraz, Chorozinho, Horizonte, Itapajé, Itapipoca, Mulungu, Pacatuba, Paracuru, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante e Uruoca.
Mandatos	2º mandato	6º mandato	1º mandato
Tradição	Sim	Sim	Sim
Posição ideológica	Centro-esquerda	Centro-esquerda	Centro-esquerda
Obs.:	Foi líder do governo Lúcio Alcântara.	Foi presidente da Assembleia na 26ª legislatura. Licenciou-se para assumir a Secretaria da Justiça no governo Cid Gomes. Foi o primeiro tucano a ingressar no governo Cid. Membro de uma tradicional linhagem política do Estado. É filho do ex-governador, ex-ministro e ex-senador César Cals. Foi o deputado estadual mais votado na última eleição.	Eleito pela primeira vez em 2006 chegou a exercer mandato na Assembleia como suplente na legislatura anterior. Pertence à terceira geração da família Menezes, tradicional grupo político de Pacajus. O avô, Teodorico Menezes, prefeito e vereador do Município.
Deputado	Osmar Baquit	Luís Pontes	
Votos obtidos	44.818	38.469	
Base Eleitoral	Aracoiaba, Assaré, Banabuiú, Campos Sales, Chaval, Choró, Graça, Ibaretama, Ipaumirim, Itaiçaba, Mombaça, Moraújo e Quixadá.	Massapê, São Benedito, Itapipoca, Forquilha, Sobral, Iporanga, Icapuí, Mauriti, Eusébio, Paraipaba e Baturité.	
Mandatos	3º mandato	3º mandato	
Tradição	Sim	Sim	
Posição ideológica	Centro	Social-Democrata	
Obs.:	Foi líder do governo nos dois primeiros anos da gestão Lúcio Alcântara (PSDB), e acabou afastado da função por decisão do então secretário de Governo, Luiz Pontes, que queria abrir lugar para Adahil Barreto na função. Pertence a uma tradicional família da política de Quixadá. Ele foi vice-prefeito e é filho de Aziz Baquit, que foi prefeito por dois mandatos. A família faz hoje oposição ao prefeito Ilário Marques (PT). É o 4º secretário da Mesa Diretora.	Ex-senador da República, ex-deputado federal, ex-presidente da Assembleia Legislativa e até 2006 titular da extinta Secretaria do Governo (SEGOV), Luís Pontes apenas assumiu mandato nesta legislatura como suplente. Historicamente ligado ao senador Tasso Jereissati, ficou na linha de fogo em meio a disputa do senador com o ex-governador. Pertence a uma tradicional família da política de Massapê. Seu pai, Osiris Pontes foi dep. Estadual e quatro vezes deputado federal.	

Perfil dos deputados com Base Dispersa Dominante – interior (conclusão)

PSB			
Deputado	José Sarto	Mauro Filho	Carlomano Marques
Votos obtidos		58.684	46.366
Base Eleitoral	Acopiara, Fortaleza, Itapiúna, Paraipaba, Paramoti, Trairi, Piquet Carneiro, Eusébio, Aracoiaba e Várzea Alegre.	Aquiraz, Banabuiú, Barreira, Iracema, Icapuí, Dep. Irapuã Pinheiro, Milhã, Fortaleza, Hidrolândia, Jaguaribe, Tamboril, Solonópole, Pentecoste Monsenhor Tabosa e Lavras da Mangabeira.	Acarape, Amontada, Choró, Fortaleza, Ibicuitinga, Ipueiras, Maranguape, Morada Nova, Pindoretama, Piquet Carneiro, Santa Quitéria e Trairi.
Mandatos	4º mandato	5º mandato	5º mandato
Tradição	Não	Sim	Não
Posição ideológica	Social-Democrata	Centro-esquerda	Centro-direita
Obs.:	É próximo à família Ferreira Gomes. Eleito como suplente em 2002, exerceu quase todo o mandato em decorrência da licença de Mauro Filho. Em 2006, foi um dos parlamentares mais votados no Estado.	Atual Secretário da Fazenda esteve no 1º escalão de três dos quatro últimos governadores cearenses. Foi Secretário de Administração do Governo Lúcio Alcântara. É filho do Dep. Federal Mauro Benevides. Construiu sua carreira política vinculada a Ciro e aos Ferreira Gomes.	Alternou momentos como opositor e como aliado do governo Lúcio Alcântara. Antes das eleições de 2006 chegou a defender a aliança entre PMDB e o então governador, embora tenha posteriormente acenado apoio ao novo governo.
PMDB			
Deputado	Sávio Pontes	Zezinho Albuquerque	
Votos obtidos	39.512	55.706	
Base Eleitoral	Granja, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, Milagres, Nova Russas, Pires Ferreira, Sobral e Fortaleza	Baturité, Canindé, Cariús, Horizonte, De. Irapuã Pinheiro, General Sampaio, Iguatu, Irauçuba, Itaitinga, Itapajé, Itapipoca, Itatira, Massapê, Pacajus, Pacoti, Quixadá, Tejuçuoca, Marco, Paraipaba, Tianguá, Várzea Alegre Pindoretama e Viçosa do Ceará.	
Mandatos	2º mandato	5º mandato	
Tradição	Sim	Sim	
Posição ideológica	Centro-esquerda	Centro-esquerda	
Obs.:	É líder do PMDB na ALCE e membro de uma tradicional família da política de Ipu. Foi um dos parlamentares que mais se empenharam na formação do bloco PMDB-PT-PSB, que acabaria sendo a base de sustentação vitoriosa de Cid Gomes ao Governo do Estado. Antes de se aliar a Cid Gomes, fez oposição ao atual governador.	Ivo Gomes na ALCE. A família possui tradição na política de Massapê. O bisavô foi prefeito, assim como o pai e o irmão. Disputa votos no município com Luís Pontes. Foi um dos primeiros políticos ligados aos Ferreira Gomes a pressionar pelo rompimento com Lúcio Alcântara. Ocupa a 1ª Secretaria da ALCE.	

Fonte: Anuário do Ceará (2007-2008), edição O Povo; Revista Plenário, ano V, 15ª edição, Ed. ALCE; Vieira (2011).

Quadro 10 - Perfil dos deputados com Base Dispersa partilhada – Capital e RMF

PSDC	
Deputado	Gomes Farias
Votos obtidos	20.483
Base Eleitoral	Fortaleza, Beberibe, Itaitinga, Maranguape. Tamboril
Mandatos	4º mandato
Tradição	Não
Posição ideológica	Centro-esquerda
Obs.:	Popular locutor esportivo com base eleitoral entre os torcedores do Ceará Sporting Club. É presidente do PSDC no Ceará. Foi um dos deputados que votaram com maior fidelidade com o ex-governador Lúcio Alcântara.
PHS	
Deputado	Roberto Cláudio
Votos obtidos	21,283
Base Eleitoral	Fortaleza e RMF.
Mandatos	1º mandato
Tradição	Não
Posição ideológica	Social-Democrata
Obs.:	Filho do ex-reitor da Universidade Federal do Ceará. Nos primeiros passos na vida política, tem proximidade, em função do exercício profissional, com os secretários de Saúde de municípios do interior e Região Metropolitana. Na campanha, recebeu apoio do ex-presidente da FIEC, Jorge Parente, que é genro do irmão do deputado

Fonte: Anuário do Ceará (2007-2008), edição O Povo; Revista Plenário, ano V, 15ª edição, Ed. ALCE; Vieira (2011).

Quadro 11- Perfil dos deputados com Base Dispersa partilhada – interior

PT	
Deputado	Nelson Martins
Votos obtidos	46.103
Base Eleitoral	Fortaleza e RMF, Aracoiaba, Morada Nova, Nova Russas, Santa Quitéria, Tauá e Viçosa do Ceará.
Mandatos	2º mandato
Tradição	Não
Posição ideológica	Esquerda
Obs.:	Líder do governo Cid Gomes na Assembleia. É funcionário do Banco do Brasil e tem base no Sindicato dos Bancários, do qual foi presidente.

Fonte: Anuário do Ceará (2007-2008), edição O Povo; Revista Plenário, ano V, 15ª edição, Ed. ALCE; Vieira (2011).

Uma das características mais marcantes do Governo de Cid Gomes foi a aglutinação do apoio das principais forças políticas do Estado. A coligação eleitoral que o elegeu trazia já na campanha eleitoral, a vantagem de ser composta por partidos

pertences à mesma base do governo federal e da Prefeitura de Fortaleza. Com a formação do governo, “era natural que esses partidos – PMDB, PSB e o PT - já apoiassem o governador” (entrevista com dep. Nelson Martins, PT, set/2010). O PSDB foi outra grande força partidária a aderir ao governo. Essa adesão foi facilitada pela relação histórica de Cid Gomes com Tasso Jereissati e a bancada tucana, decorrente de uma longa carreira política vinculada ao governo das mudanças, garantindo no Legislativo um bom relacionamento dessas lideranças como Executivo. No entanto esse apoio também envolveu outros fatores. Segundo interpretação do deputado Gony Arruda (Dez/2010),

primeiro existia uma afinidade pra ele [CID] ter apoio do PSDB. O Tasso Jereissati apoiou ele e levou a bancada a apoiá-lo. E esse amplo apoio se deveu a isso, nós estávamos 14 deputados [...] nós estávamos até com uma candidatura para Presidente da Assembleia através do Presidente Marcos Cals. O Cid sinalizou com o Tasso, deu Secretaria pro Marcos, aí trouxe a bancada de volta [...] Na verdade, o que eles alegaram é que foi uma briga de caciques, uma briga de Lúcio, Tasso e Cid, na época [das eleições de 2006], e que o Tasso ficou com o Cid porque sempre teve uma afinidade histórica - o PSDB com o PPS, era o PPS era quem ajudava o PSDB aqui [na ALCE] na época.

No depoimento, além da afinidade histórica entre as duas lideranças, o apoio do PSDB é atribuído à disputa interna ocorrida no partido durante as eleições, sugerindo que o apoio do maior líder do PSDB data já deste período; a fala também atribui esta adesão à negociação de cargos do primeiro escalão do governo por Cid. Outros deputados compartilham da interpretação de Gony e qualificam a habilidade política do governador como um dos motivos responsáveis pela manutenção dos apoios da base ao longo de seu mandato

em função dessa habilidade do governador e da boa relação que ele sempre teve com PSDB isso fez com que o governo do Estado tivesse o apoio durante esses 3 anos e 4 meses, até agora pelo menos, da grande maioria da Assembleia Legislativa (Nelson Martins, PT, Abril/2010). O governador Cid Gomes é muito habilidoso politicamente [...] trouxe aí o PSDB para vir somar, trouxe os dois grandes quadros do PSDB que é o deputado Marcos Cals da secretaria de justiça e o deputado Bismarck maia na secretaria de turismo e esses quadros fizeram que houvesse uma pacificação para se falar em termos administrativos pra governar o estado. Então esse tratamento é encabeçado realmente, liderado pelo governador Cid Gomes (Deputado Sérgio Aguiar, Set/2009).

Tendo construído um grande arco de alianças, a Assembleia Legislativa do Ceará demonstrou apoio maciço ao governo do Estado aprovando 100% de seus projetos sem, praticamente, oferecer resistência por parte de seus parlamentares. Até o rompimento do PSDB com o Governo, havia uma colaboração quase unânime dos

deputados, como observou Nelson Martins “quase totalidade dos projetos que vieram do executivo foi aprovada aqui na Assembleia com 90% de voto, é um aqui outro acolá que tem um veto contra”.

Essas aprovações vão além do apoio decorrente da troca de cargos no governo. Entre os fatores relacionados os depoimentos apontam a influência do partido, através da orientação da liderança partidária; e a realização de um processo de negociação mais democrático entre o Executivo e o Legislativo. Para alguns deputados a boa disposição do Executivo em dialogar com o Parlamento é considerada um diferencial deste novo governo em relação aos anteriores. Ela é demonstrada através de uma presença maior do governador e seus secretários nas audiências e também pela flexibilidade no fechamento dos projetos “O governador tem sido sempre transparente. Em vez de mandar projetos acabados aqui pra assembleia, ele sempre discute conosco antes mesmo de vir para a mensagem governamental” (Sergio Aguiar). Segundo Nelson

Tem havido aqui na Assembleia uma presença muito maior dos secretários. Pra você ter uma ideia, no governo passado, pro secretário de segurança pública vir aqui era uma novela. O atual secretário já veio aqui uma 10 ou 15 vezes ou mais, pra fazer debate, audiência pública, etc. E também o próprio governador do Estado. O governador do Estado, nesses 3 anos, 2007, 2008 e 2009, todos os anos ele veio aqui, ficou a disposição dos deputados [...] Então eu diria que houve uma democratização muito maior entre o Executivo e o Poder Legislativo

[...]

Então um projeto que vem do executivo passa por todas as comissões permanentes da Assembleia, quando é um projeto mais complexo, mais polêmico, a gente faz uma audiência pública, um debate, traz o secretário aqui, os secretários respectivos pra debater, então com isso tudo, com essas transparências, facilita as aprovações [...] (Nelson Martins)

São nas comissões temáticas que se discutem com mais profundidade os projetos antes de serem votados em Plenário

Os grandes debates, debates de mérito na análise de projetos acontecem nas comissões temáticas. Quando um projeto chega a plenário ele já foi devidamente debatido nas comissões (Artur Bruno, Abril/2010).

A concordância programática e a defesa em torno dos projetos políticos estão entre os fatores que colaboraram para o bom andamento das relações entre o governo e os partidos aliados. O líder do governo, membro do bloco dos partidos de centro e esquerda da coalizão, defende:

Nós não fazemos políticas por um projeto pessoal, mas por um projeto coletivo, em cima de um programa, de um conjunto de ideias, de uma ideologia. Então quando você disputa uma eleição em cima de um projeto, e aquele projeto é vencedor nas eleições, se você defendeu aquele projeto, não

tem sentido, assim que o projeto ganhou, você ir pra oposição daquele projeto.

As experiências acumuladas por Cid no ‘Governo das Mudanças’ ao longo de sua trajetória política são sempre reiteradas como um fator de afinidade entre os dois governos. Além disso, a poucos meses para a conformação das chapas para as eleições de 2006 e escolha de Cid para a disputa com Lúcio Alcântara, seu partido, o PSB ainda fazia parte do governo do PSDB. Mesmo sob pressão da Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, Cid nunca declarou rompimento com Tasso e seu passado no governo tucano. Durante a campanha, as críticas sempre foram dirigidas diretamente a Lúcio. Após a sua vitória, o estilo das políticas em seu governo, como obras de grande infraestrutura - porto, refinaria, metro, pavilhão de feiras e eventos, etc – guardavam semelhanças entre as linhas de projeto implementadas nos governos tassistas.

O Rompimento do PSDB com o governo ocorrido no final do mandato, antes de demonstrar um desentendimento ideológico ou programático entre essas forças políticas, retratava mais uma estratégia de sobrevivência político-eleitoral do PSDB e uma tentativa de amenizar as perdas dos espaços políticos anteriormente conquistados, a exemplo das eleições municipais de 2008, quando 10 de suas 67 prefeituras foram perdidas. Para isso, era necessário para o PSDB garantir a reeleição de Tasso. Os tucanos mantiveram até o último momento a expectativa na manutenção da parceria entre o Governador Cid Gomes. Era esperado que em 2010 ambos compartilhassem um palanque comum. Tinha-se como certo pelo PSDB o apoio do governador à reeleição de Tasso Jereissati ao Senado. Em depoimento de Marcos Cals (Dez/2010) expõe essa expectativa

Nós tínhamos desenhado um cenário de fazer uma coligação com a candidatura do Cid Gomes, nós passamos três anos e meio, praticamente, alinhados ao projeto Cid Gomes, quando, de última hora, o governador não conseguiu agregar dentro da coligação dele o PSDB. Aí nós tivemos que lançar candidato próprio. Eu fui candidato do partido com possibilidade remota de ganhar eleição, mas não podia deixar o partido sem candidato próprio [...] Ele dizia em todos os momentos que só tinha compromisso com um senador, que era o Eunício Oliveira. Como nós tínhamos interesse na eleição do Tasso no Senado, estava implícito que ele iria apoiar o Tasso. [...] Quando ele foi pedir ao Lula para apoiar o Tasso, o Lula disse que não. [...] A gente pensava que a amizade entre o Tasso e aliança da esquerda com o Ciro ia ter uma importância muito grande, e não teve a importância que a gente imaginava. [Então ele] fez a opção dele, com atuais aliados dele em detrimento do PSDB.

O PT fez valer sua força como um dos principais integrantes da coalizão governista, frustrando duplamente as expectativas tucanas. Além da recusa do diretório

estadual petista em compor uma mesma chapa com o PSDB, o presidente Lula rejeitou as pretensões de Cid em apoiar a reeleição de Tasso. Como uma das vagas já seria disputada por Eunício Oliveira, do PMDB, a outra deveria ser disputada pelo candidato do PT José Pimentel. Para Lula, além de garantir uma possível vaga no Senado para o PT, a derrota de Tasso representaria a retirada de um dos maiores opositores ao seu governo. Sem o apoio de Cid na campanha, o racha com o governo foi inevitável. Após anos articulando o apoio com suas próprias prefeituras o apoio à reeleição de Cid, tornava-se inviável a vitória Cals a poucos meses das eleições. Mas essa candidatura era necessária para garantir um palanque que apoiasse a reeleição de Tasso Jereissati para o senado. Sem tempo para contornar a situação, o partido saiu das eleições 2010 bastante prejudicado, conquistando apenas 07 cadeiras na Assembleia Legislativa e com Tasso derrotado no senado pela dobradinha Eunício e Pimentel. Assim, a cúpula decidiu, embora com algumas hesitações do partido, se colocar na oposição ao novo governo. Essa decisão, entretanto, dividiu a bancada tucana. De acordo com Marcos Cals dos “08 deputados estaduais. Metade da bancada quer ser governo e outra metade quer ficar na oposição. Nós vamos ter que administrar esses conflitos, e quem administra esses conflitos é a executiva do partido”. A quebra da coesão no partido reflete uma preocupação dos deputados com a possibilidade terem fechados os canais de distribuição de recursos para seus redutos eleitorais. Desse modo, parte dos parlamentares preferiu manter o apoio ao governo do estado, entrando em conflito com o posicionamento da executiva do partido

o fato de a Executiva ter acatado a representação é uma forma de reafirmar a posição tomada pela legenda de ser oposição ao atual Governo, mas alerta que essa decisão de dar encaminhamento à representação, não tem ressonância para a maioria dos deputados do partido. "A maioria é favorável ao Gony" (Osmar Baquit, **Decisão do PSDB divide a bancada do partido**, Diário do Nordeste. 16.02.2011).

Retornando à discussão da relação entre Executivo e Legislativo, percebemos que a fragilidade econômica do Estado, o tipo de conexão eleitoral existente entre os deputados e suas bases eleitorais na maior parte dos municípios cearenses e as expectativas do eleitor sobre o deputado não geram incentivos para que os partidos derrotados nas eleições recusem uma aproximação aos centros de poder para aguardar a próxima disputa eleitoral oposição. A expectativa de obtenção de recursos advindos do Executivo estadual e federal gera a atração de forças políticas à base governista, pois o

chefe do Executivo, do ponto de vista da oposição, não há incentivo para cooperar, por outro lado, participar do governo é altamente benéfico, pois fora dele não há como alocar (SANTOS, 2006a). Um trecho da entrevista com o Deputado estadual Marcos Cals ilustra bem essa relação:

[...] os municípios que eu fui votado primeira vez em 86 foram basicamente os municípios que eu fui votado pra deputado estadual em 2006, quer dizer, as pessoas se vinculavam a minha pessoa, naturalmente porque eu dava assistência, você não vai votar num deputado se você não tiver assistência novamente.

- Que tipo de assistência era essa?

Eram demandas mais em relação a obras para as comunidades mais humildes, as mais pobres, mais necessitadas. [...] Então eu sempre busquei dar mais assistência nessa área, às pessoas mais pobres. Desde rede de energia elétrica, telefonia, orelhão, que é o telefone público nos Distritos, sistema de abastecimento d'água para os distritos, para as localidades, tratores, também os municípios necessitavam, estradas...

- Mas como você conseguiu recursos?

Junto ao governo do Estado ou Governo Federal. O Governo do Estado tem vários programas, dentro dos programas do Governo do Estado. E no Governo Federal a gente conseguia através de emendas junto com os deputados federais e senadores.

Os parlamentares assumem em sua prática cotidiana a função de articulador entre as demandas de suas bases e o Poder Executivo. A transferência de recursos é citada em mais de uma oportunidade como condição para manutenção e ampliação dos redutos eleitorais. Este tipo de dependência é característico de deputados de base dominante. Conforme revelam,

[...] e uma vez vereador e uma vez deputado eu procurava colocar recursos para aqueles municípios, por exemplo, Trairí, Amontada, Paraipaba, Acopiara. A gente já conseguiu recursos, ambulâncias com recursos do Governo Federal e do Governo do Estado, na área da Educação a construção de quadras poliesportivas, pistas de *skate*, na área de abastecimento hídrico a construção de vários açudes, tudo isso são recursos que a gente procura intermediar, fazer a interlocução entre municípios, entre governo do Estado, Governo Federal, pra tentar trazer recursos. Nós temos aí, por isso, a gente ampliou a base. A gente vai conseguindo recursos e evidentemente... (Dr. Sarto)

[...]

Eles cobram uma intermediação eficaz com o Executivo. É isso que o eleitorado cobra, para que a gente possa levar emendas parlamentares e a intermediação dos problemas que eles possam por ventura ter.

- E como o Sr. procura responder a essas demandas?

Atendendo aqui e nas secretarias, tentando buscar as soluções pras demandas existentes, tentando vingar projetos, liberação de recursos...

(Gony Arruda).

A articulação para a execução dos projetos nas bases, apesar de ser facilitada pela participação dos prefeitos, pode ser feita diretamente pelo deputado, sem que

necessariamente precise passar por eles. Sérgio Aguiar define sua forma de atuação na cidade de Camocim, reduto eleitoral cujo prefeito é seu adversário político

Nas obras públicas estaduais que existem na cidade que hoje são só obras estaduais ou federal, não tiveram nenhuma solicitação do prefeito, foram obras que nós discutimos com o governo do estado como é o caso de policlínica de aeroporto de avenida beira mar obras de nível federal como é o caso do IFET (Sérgio Aguiar)

Para articular as demandas, os deputados precisam manter um contato constante com suas bases

não só eu como deputado, mas vários deputados, sempre estamos presentes no final de semana, nós não temos lazer, nosso lazer é ir pra festa da padroeira, visitar uma obra que você tenha conseguido com o Governador do Estado, é visitar as lideranças comunitárias, ter palestra com os estudantes, então nós trabalhamos aqui na Assembleia de segunda a sexta, e quando é sexta a tarde geralmente o parlamentar viaja para o interior pra fortalecer essa parceria entre a sociedade e o parlamento. (Zezinho Albuquerque)

[...]

todos os municípios aonde nós temos prefeitos é uma relação muito boa, uma parceria muito boa, aonde eu faço aquela interlocução entre o prefeito e o Governador do Estado e as parcerias do Estado também pra arrumar recursos de todas as maneiras para esses municípios. (Zezinho Albuquerque, Dez/2010)

Cid Gomes foi atento a essas necessidades, dedicando atenção especial às demandas das bases dos deputados, que as encaminham para as secretarias

A orientação que a gente recebeu do governo desde o primeiro momento foi de quem tivesse necessidade o governo ia olhar independente da questão partidária [...] Eu pego o recurso do programa de cooperação federativa atendo um município, o outro eu falo com o governador “governador, esse aqui ta fora, não tive como atender, o município precisa...” [...] o prefeito vai no secretário de estado, a gente vai com ele, o secretário faz o levantamento, evidentemente toda secretaria tem um número enorme de demandas, de pedidos, aí o secretário “bom, eu posso fazer isso aqui, agora isso aqui ta fora do meu orçamento, tem que falar com o governador”[...] Todos os secretários que a gente procurou tem o maior interesse, até porque o governador, por ser engenheiro, quem conhece a história política dele, quem tem projeto e bom projeto, ele atende (Sérgio Aguiar).

Agora, hoje pela manhã, eu já atendi dois prefeitos que vieram do interior já com problemas. Eles trazem o problema, você vai ao Secretário, vai à Secretaria tentar resolver os problemas, adequar os projetos pra quando você for ao Governador aqueles problemas já estejam todos analisados pra dar continuidade para que faça acontecer aquele projeto. (Zezinho Albuquerque).

Fazer parte da base do governo e ter afinidade com o governador garante que o atendimento mais eficaz por parte do Executivo

Não tenha dúvida, a parceria que o deputado tem com o Governo do Estado, qualquer deputado, é muito importante porque você tendo uma afinidade com o Governador acreditando no projeto do governador [...] de qualquer maneira ele é governador de todos os cearenses, mas não deixa de quem tem uma

aproximação maior ter uma condição de conversar com ele e mostrar os problemas maiores do Estado. (Zezinho Albuquerque).

[...]

E evidentemente que pra um deputado que está na situação, que faz parte do governo ele tem muito mais facilidade de conseguir isso do que um deputado que está na oposição. (Nelson Martins)

[...]

- Quantas vezes o senhor já utilizou os recursos e de que maneira?

Durante esses últimos quatro anos nós (Fernando Hugo, Dez/2010)

Os recursos são direcionados a partir de emendas ao orçamento do Estado e pela criação de instrumentos como o Programa de Cooperação Federativa (PCF),

nos temos o orçamento do Estado aonde nós colocamos nossas emendas através do orçamento do Estado. E temos também... Conversamos muito com o governador pra nos ajudar de outras maneiras também (Zezinho Albuquerque)

[...]

Através desse programa os deputados, e aí não interessa se é da situação ou da oposição, independentemente disso, podem apresentar emendas ao orçamento no valor de até 800 mil reais/ano. Aí essas emendas são em todas as áreas na saúde, na educação, e todas elas são executadas, independentemente de ser situação ou oposição. Isso daí já é um diferencial de relacionamento do Executivo com a Assembleia, diferente do que era dos governos anteriores, que não havia emenda nenhuma. Os deputados podiam apresentar, mas não eram executadas. (Nelson Martins)

O Deputado Dr. Sarto, que já pertenceu à base de apoio dos governos tucanos, avalia o atendimento no governo Cid Gomes como melhor que nos mandatos anteriores

Nos outros três mandatos [anteriores], mesmo apoiando, que foi o governador Tasso Jereissati, nós que éramos ligados ao Ciro Gomes, ao partido do Ciro que era o PPS, nós apoiávamos e nós não tínhamos absolutamente nada. Condição de ter um recurso desse pra você direcionar pra sua base?! O Cid, a primeira coisa que ele fez, pegou os 46 deputados, todo ano, desde 2007, “vocês vão ter um recurso para ajudar a base de vocês. (Dr. Sarto).

A articulação política no governo Cid Gomes e o grande volume de investimentos e obras realizadas em todo Estado no Governo Cid foram reconhecidos como pontos fortes de seu governo. Esses investimentos proporcionaram ao governo estadual o atendimento satisfatório de boa parte das demandas encaminhadas pelos parlamentares, sempre bem recebidas pelas secretarias e pelo próprio governador.

Pra você ter noção, o que se investia no Estado do Ceará antes do Cid entrar eram 2 bilhões, esse ano vão ser investidos 6 bilhões e meio, quer dizer em 3 ou quatro anos vão ser investidos três vezes mais do que foi investido nos quatro anos passados. O povo ta vendo, os deputados ta vendo, a sociedade civil está vendo isso, então o que acontece? Por isso que essa base fica grande, se não tivesse fazendo um bom governo é claro que aí nós não teríamos uma base de apoio tão grande (Zezinho Albuquerque).

Nós temos primeiro, durante os dois primeiros anos, arrecadado recursos, preparado os projetos, feito uma grande parceria de investimentos, para que agora, aqui, a partir da segunda metade do governo, nós pudéssemos investir

e trazer obras pra sociedade que vão em todos os setores - saúde, educação, cultura turismo, esporte, infraestrutura, recursos hídricos - dando essa sustentabilidade que o ceará precisa para poder estar preparado aí pra receber os grandes investimentos – refinaria, siderúrgica, zona de processamento e exportação e novo centro de eventos e feira.

- [as demandas] têm sido bem recebidas?

- Boa parte delas, daqui para o final [do mandato] já conseguimos colocar em execução orçamentária, que é o que nós colocamos no orçamento geral do estado e também no PPA. Boa parte delas já tem sido executadas a contento (Sergio Aguiar).

O grande volume de investimentos e obras realizadas no Estado na administração de Cid Gomes é consequência de uma maior concentração de recursos que não estiveram à disposição do Estado na gestão passada. Além da gestão Cid ter sido favorecida pelo aumento das transferências voluntárias (oriundas do governo federal), o governo de Lúcio Alcântara teve que enfrentar logo no início uma redução na arrecadação fiscal. Em 2003, em função da crise na construção civil que atingiu o Ceará e todos os estados brasileiros mais de 60% das obras iniciadas no Estado permaneceram paralisadas no primeiro ano de governo. É inegável que comparativamente o governo Cid Gomes teve mais recursos para investimento em parte por sua aliança com o governo Lula e a sua aliança partidária estadual.

5. CONCLUSÃO

Ao final desta pesquisa pude constatar algumas transformações a partir do final da década de 1980 na política estadual cearense. A inserção de um número maior de partidos políticos nas disputas eleitorais aumentou a sua competitividade tornando mais frequentes a formação de coligações e coalizões. Como consequência da eleição de governos de minoria, a formação de coalizões abrangentes passou a ser praticada nas últimas gestões. Apesar de Tasso Jereissati ter representado um rompimento com o modelo político coronelista anterior e ter provocado uma grande renovação política, com a introdução de seu novo grupo, continuou muito forte a permanência das lideranças tradicionais. Este tipo de liderança, caracterizada pelo domínio de redutos eleitorais no interior do Estado precisam da proximidade com os centros de poder para manterem seus domínios políticos. A consolidação da gestão tucana e sua perpetuação por longos anos na gestão estadual favoreceram a sobrevivência desse tipo de liderança e a construção de novas carreiras com este tipo de perfil, que se tornou uma marca de nossa política. O interesse por recursos oriundos do Executivo para manutenção de bases políticas através de práticas clientelistas é responsável pela grande tendência de alinhamento político e uma fraca oposição no Estado. Desde 1986, apenas nas eleições de 2002, a disputa estadual foi levada ao 2º turno. No legislativo, passada a disputa eleitoral, é comum observar a adesão subsequente ao governo dos demais partidos.

A derrota de Lúcio Alcântara em 2006 e o início de uma nova gestão não significou um rompimento com as lideranças políticas que dominaram o Estado nas últimas décadas, muito menos alterou o padrão de relacionamento entre o Legislativo e Executivo. Pelo contrário, o governo de Cid Gomes intensificou ainda mais estas características. Os dados da pesquisa demonstram a continuidade do padrão anterior quando apontam a permanência de 75% da base eleitoral dominante entre os parlamentares da 27ª legislatura, ou seja, a grande maioria dos parlamentares esta voltada para o atendimento de suas bases territoriais e, portanto, tendentes ao alinhamento político. Os perfis de cada parlamentar retratam que quase todos pertencem a famílias tradicionais na política ou deram início a um domínio tradicional. A grande diferença está na presença do PT no governo, que representou durante as gestões anteriores uma das poucas forças de oposição no Estado. A importância alcançada pelo

PT no Ceará se deve à conquista do poder na Presidência e à grande popularidade de seu governo no Nordeste, face ao grande volume de recursos transferidos para a Região.

A adesão do PT na chapa eleitoral de 2006 juntamente com o PSB e o PMDB foi percebida como uma oportunidade viável de desbancar a gestão tucana e de assegurar, através da influencia exercida pelo PT nacional, a participação efetiva nas diretrizes do futuro governo. De fato, o governo Cid contemplou os partidos da coligação através da distribuição de pastas, da qual o PT foi o mais beneficiado, com a nomeação de quatro Secretários. Essa mesma estratégia foi usada para recompensar o apoio velado de Tasso Jereissati, que durante as eleições rachou com o candidato do PSDB, afastou-se da campanha de Lúcio e garantiu apoio informal a Cid.

A coesão da bancada tucana garantiu o apoio em massa do partido na aprovação dos projetos de Cid no Legislativo. Os demais partidos da coalizão também contribuíram para a aprovação de 100% de aprovação dos projetos dessa gestão. O racha com o PSDB ao final do mandato não foi suficiente para impedir o sucesso das matérias, tendo em vista a manutenção da maioria governista na Casa.

Outros grandes fatores relacionados com a manutenção das forças partidárias na coalizão governista foram a destacada habilidade política pessoal do governador no controle e direcionamento de sua gestão, orientada para a satisfação das demandas das bases eleitorais municipais dos parlamentares e à presença de um grande volume de recursos no Estado, que capacitaram sua gestão direcionar recursos por todo o Estado, executando um número elevado de programas e obras. A inclusão de emendas e demandas parlamentares no orçamento do Estado e a criação de um novo instrumento de direcionamento de recursos para as bases eleitorais, como o Programa de Cooperação Federativa foram os principais mecanismos para o atendimento dessas solicitações. A boa articulação política desempenhada por intermédio de seu Chefe de Gabinete, o 1º Secretário e o líder do Governo também colaboraram para evitar conflitos de interesses na Casa. Até o início do quarto ano de mandato, nenhum dos projetos do legislativo, com exceção de dois que apresentavam falhas em sua elaboração, haviam sido vetados pelo governador. Essas habilidades foram um diferencial em relação à gestão de Lúcio, frequentemente criticado por integrantes da base aliada e de seu próprio partido ao não dirimir bem os conflitos internos e os diversos interesses de aliados. A grande capacidade de investimentos do Estado na gestão Cid Gomes foi consequência da superação da queda de arrecadação do Estado antes de iniciar sua gestão e dos recursos

do governo federal, que tornaram viáveis a concretização das políticas e programas de estado amplamente executados.

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, S. **Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro**. Dados, v.31, n.1, 1988.

AMORIM NETO, Octávio. O Poder Executivo: centro de gravidade do sistema político brasileiro. In.: CINTRA, Antônio Octávio e AVELAR, Lúcia (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. São Paulo: Konrad/UNESP, 2007.

AVRITZER, Leonardo, ANASTASIA, Fátima (Orgs). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BARREIRA, César. Os pactos na política cearense: passado e presente. In: HEREDIA, Beatriz A. de (Org.). **Continuidades e rupturas na política cearense**. Campinas: Pontes, 2008.

BARREIRA, Irllys. Pensamento, palavras e Obras: as bases de legitimação do Governo de Tasso Jereissati. In: HEREDIA, Beatriz A. de (Org.). **Continuidades e rupturas na política cearense**. Campinas: Pontes, 2008.

BONFIM, Washington Luís de S. De Távora à Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, F. Josênio C., ARRUDA, José Maria (Orgs.). **A era Jereissati: Modernidade e Mito**. v. 1. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada a Emenda Constitucional no 66 de 13/07/2010

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. **Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política**. Campinas: Pontes/Fortaleza: UFC, 1999

_____. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, F. Josênio C., ARRUDA, José Maria (Org.). **A era Jereissati: Modernidade e Mito**. v. 1. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

_____. **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas: Pontes/Fortaleza: UFC, 2009.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CEARÁ. Assembleia Legislativa: **regimento interno**. Atualizada até a Resolução 617/11. Fortaleza: INESP, 2011.

CINTRA, Antônio Octávio. Presidencialismo e Parlamentarismo: são importantes as instituições?. In: CINTRA, Antônio Octávio, e AVELAR, Lúcia (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. São Paulo: Konrad/UNESP, 2007.

_____. O sistema de governo no Brasil. In.: CINTRA, Antônio Octávio, e AVELAR, Lúcia (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. São Paulo: Konrad/UNESP, 2007.

CINTRA, Antônio Octávio e AVELAR, Lúcia (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. São Paulo: Konrad/UNESP, 2007.

CINTRA, Antônio Octávio e LACOMBE, Marcelo B.. A Câmara dos Deputados na Nova República: a visão da Ciência Política. In.: CINTRA, Antônio Octávio, e AVELAR, Lúcia (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. São Paulo: Konrad/UNESP, 2007.

HEREDIA, Beatriz A. de (Org.). **Continuidades e rupturas na política cearense**. Campinas: Pontes, 2008.

INACIO, Magna, RENNÓ, Lúcio (Orgs.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

KRAUSE, Silvana e SCHMITT, Rogério (Orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. São Paulo: Konrad/UNESP, 2005.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1997.

LIMONGI, F. Presidencialismo e governo de coalizão. In: AVRITZER, Leonardo, ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LOPES, Valmir. **As lógicas da representação política – o processo de mudança de lideranças políticas em Fortaleza**. Tese (Doutorado em Sociologia) Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

MARENCO, André. Desempenho eleitoral, voto partidário e responsabilização nas eleições legislativas brasileiras. In.: INACIO, Magna, RENNÓ, Lúcio (Orgs.). **Legislativo brasileiro em perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MENEGUELO, Raquel. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MORAIS, Filomeno. A dinâmica da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará: 1995 a 1998. In.: SANTOS, Fabiano. (Org.). **O Poder Legislativo nos Estados: divergência e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MOTA, Aroldo. **História política do Ceará (1987-1991)**. Fortaleza: Multigraf editora, 1992.

NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral brasileiro. In.: CINTRA, Antônio Octávio, e AVELAR, Lúcia (Orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2ª ed. São Paulo: Konrad/UNESP, 2007.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 1997.

PARENTE, F. Josênio C.. **A fé e a razão na política: Conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. 1. ed. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará, 2000.

_____. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, F. Josênio C., ARRUDA, José Maria (Orgs.). **A era Jereissati: Modernidade e Mito**. v. 1. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

PARENTE, F. Josênio C, ARRUDA, José Maria (Orgs.). **A era Jereissati: Modernidade e Mito**. v. 1. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2002.

RENNÓ, Lúcio R. Críticas ao Presidencialismo de Coalizão o Brasil: processos institucionalmente constrictos ou individualmente dirigidos. In.: AVRITZER, Leonardo, ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

SANTOS, Fabiano, Em Defesa do Presidencialismo de Coalizão. In.: G. A. D. Soares e L. Rennó (orgs.), **A Reforma Política**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2006.

_____. (Org.). **O Poder Legislativo nos Estados: divergência e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. Governos de Coalizão no Sistema Presidencial: o caso do Brasil sob a Égide da Constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo, ANASTASIA, Fátima (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

VIEIRA, Márcia Paula C., **Poder Legislativo no Ceará: geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.